

PROGRAMA SUB-REGIONAL DE AÇÃO DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS REGIÃO DE AVEIRO

ANEXO II - PRESSUPOSTOS



SGIFR

Sistema de Gestão Integrada
de Fogos Rurais

■ Comissão Sub-Regional

ÍNDICE

1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada	4
1.1.3.2 Programa de emparcelamento	6
1.2.1.1 Gestão agregada de pequenas propriedades	8
1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP).....	12
1.2.2.1 Modelo de financiamento Multifundos.....	15
1.2.2.2 Património florestal com gestão certificada numa ótica de circularidade	18
1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural	21
1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais.....	24
1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários florestais	27
2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)	29
2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas	32
2.1.1.3 Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500ha em articulação com as entidades locais	35
2.1.1.4 Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)	38
2.2.1.1 Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível	41
2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustíveis	43
2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária	46
2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível	48
2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor	51
2.2.1.6 Gestão de Galerias Ribeirinhas	54
2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos	58
2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural.....	61
2.2.2.1 Promover processos de compostagem	64
2.2.2.2 Promover geração de energia à escala local com base em biomassa de sobranes e matos	66
2.3.1.1 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados	69
2.3.1.2 Gestão de combustível dos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas	71
2.3.1.4 Programa “Aldeia Segura Pessoas seguras”	73
2.3.1.7 Construção e manutenção das redes de defesa intermunicipais (rede viária florestal e redes de pontos de água)	75
3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimas.....	77
3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e locais críticos	81
3.1.2.2 Presença das forças armadas nas áreas críticas	83
3.1.2.3 Rede de Vigilância e Detecção de Incêndios	85
3.1.3.3 Investigação e determinação das causas dos incêndios rurais.....	87
3.2.1.1 Comunicação Integrada para o risco	89
3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade.....	91
3.2.1.3 Comunicação das entidades em contexto de Emergência	93
3.2.1.4 Formação dos Órgãos de Comunicação Social (OCS) para comunicação de risco	95

3.2.2.1 Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco	97
4.1.1.2 Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão	99
4.1.2.1 Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR)	101
4.1.2.2 Programação e dimensionamento do sistema	103
4.1.2.3 Elaboração e implementação dos programas de ação e execução	105
4.1.2.4 Normas técnicas e diretivas operacionais	108
4.1.3.1 Orçamento do SGIFR com visão plurianual	110
4.2.2.1 Sistema de Monitorização e Avaliação	112
4.2.2.3 Sistema de Lições Aprendidas	114
4.3.1.1 Implementação do modelo organizativo de modo faseado	117
4.3.2.3 Gestão da Supressão	120
4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR	122
4.4.2.1 Programa de intercâmbio de peritos internacionais	125

1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 1 Valorizar os espaços rurais
Objetivo estratégico: 1.1 Conhecer a ocupação do território e redimensionar a gestão florestal
Programa: 1.1.2 Cadastro da Propriedade
Projeto: 1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 1 Território Agregado
Responsável: CIRA
Trio: CM Ovar, CM Oliveira do Bairro
Técnico de contacto: David Deveza CIRA david.deveza@regiaodeaveiro.pt 912374288

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Com uma média anual, de 43 mil RGG, o projeto já alcançou 28% das RGG em 2024.

Mantendo o esforço atual com orçamento igual o BUPI prevê-se anualmente até 2030 atingir 68% de RGG, com um orçamento total de 3.8 M €.

Com o fim do regime de gratuidade em final de 2025, a ficha de projeto será revista.

Situação de Referência:

- a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019: 0% das RGG concluídas.
- b) a execução do triénio 2021-2024 para o projeto: 28% das RGG concluídas.

Indicador(es) de Referência:

- a) - Percentagem de área com proprietário conhecido.
- b) - Número de representações gráficas georreferenciadas (RGG) submetidas.
- c) - Número de RGG convertidas em registo predial.

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

3 771 827 €

Metas:

- 2021: 50 RGG mensais online
- 2023: 10% da área conhecida nos municípios sem cadastro predial
- 2030: 90% da área conhecida nos municípios sem cadastro predial
- 2030: 80% das áreas arduas com informação cadastral

Fontes de informação

<https://bupi.gov.pt/dashboardtecnico/>

<https://bupi.gov.pt/indicadores/?mapa=Continental>

AVISO N.º CENTRO 62-2020-10

Outros projetos correlacionados a nível regional:

1.1.3.2 - Programa de Emparcelamento

2.1.1.1 - Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

1.1.3.2 Programa de emparcelamento

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 1 valorizar os espaços rurais
Objetivo estratégico: 1.1 Conhecer a ocupação do território e redimensionar a gestão florestal
Programa: 1.1.3 Redimensionamento da propriedade rústica
Projeto: 1.1.3.2 Programa de emparcelamento
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: n.º 1 Território agregado
Responsável: CCDRC/DGADR
Trio: ICNF AFBV
Técnico de contacto: Duarte Nuno Ferreira – duarte.ferreira@ccdrc.pt 239400100

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- A estrutura fundiária da Região Centro é marcada pela dispersão, fragmentação e pequena dimensão da propriedade, com vincadas deficiências estruturais que comprometem a viabilidade e sustentabilidade económica das explorações agroflorestais;
- A fragmentação das propriedades associada a extensas áreas de monocultura não geridas ou geridas de forma deficiente, quando verificadas condições meteorológicas adversas, conduz a níveis de perigosidade de incêndio rural extremo, colocando em causa a segurança de pessoas, animais e bens, nomeadamente património natural e cultural;
- A fragmentação da propriedade **aumenta o número de pessoas envolvidas nas tomadas de decisões** sobre uma determinada área;
- Constitui tarefa fundamental incentivar os proprietários a investir e a gerir as suas propriedades rústicas, nomeadamente através da melhoria da estrutura fundiária;
- O emparcelamento tende a contrariar o abandono das terras ao facilitar e reduzir os custos das actividades agrícolas e florestais, com especial relevo na racional mecanização das operações culturais.

Situação de Referência:

Foi criado o Programa “Emparcelar para Ordenar” que prevê a operacionalização de mecanismos financeiros que visam: [Decreto-lei n.º 29/2020 de 29 de junho](#))

- Fomentar o aumento da dimensão física dos prédios rústicos e, assim, aumentar a viabilidade e sustentabilidade económica das explorações agroflorestais;
 - Incrementar o ordenamento e gestão e a resiliência dos territórios vulneráveis;
- Promover operações de emparcelamento simples, nos termos do regime da estruturação fundiária..

Indicador(es) de Referência:

- Número de prédios e área sujeita a redimensionamento em territórios classificados como vulneráveis
- Montante utilizado na linha de crédito de apoio ao emparcelamento
- Número de sessões de esclarecimento por município com freguesias vulneráveis
- Número de proprietários alcançados pela campanha de divulgação

Outros Indicadores de Execução:

-

Valores de Referência:

Sem execução orçamental no nível sub-regional.

Metas:

21 hectares dos 650 definidos no PRA centro

Os 21 hectares foram obtidos multiplicando 3,19 % (representatividade da área das freguesias vulneráveis da CIM na região Centro) pela área de emparcelamento proposta no PRA centro (650ha)

Fontes de informação

DRAPC e DGAV

Outros projetos correlacionados a nível regional:

1,1.3.1 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de Combustível

2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

1.2.1.1 Gestão agregada de pequenas propriedades

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: Valorizar os espaços rurais
Objetivo estratégico: Reformar modelo da gestão florestal
Programa: Aumentar a área com gestão integrada
Projeto: Gestão agregada de pequenas propriedades
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: Território agregado
Responsável: ICNF
Trio: AFBV, Municípios, OFA
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

A Sub-Região de Aveiro tem 90 518 hectares de espaços florestais, de acordo com a COS 2018, a maioria dos quais constituindo manchas florestais contínuas de expressiva dimensão.

Considerando que Região Aveiro tem um potencial para a dinamização da criação de figuras de gestão agregada, apenas existe uma iniciativa piloto para constituição UGF, em Macinhata e Valongo do Vouga, com 460 hectares, aproximadamente.

Especificamente no que se refere às Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), não existe nenhuma AIGP aprovada na sub-região de Aveiro.

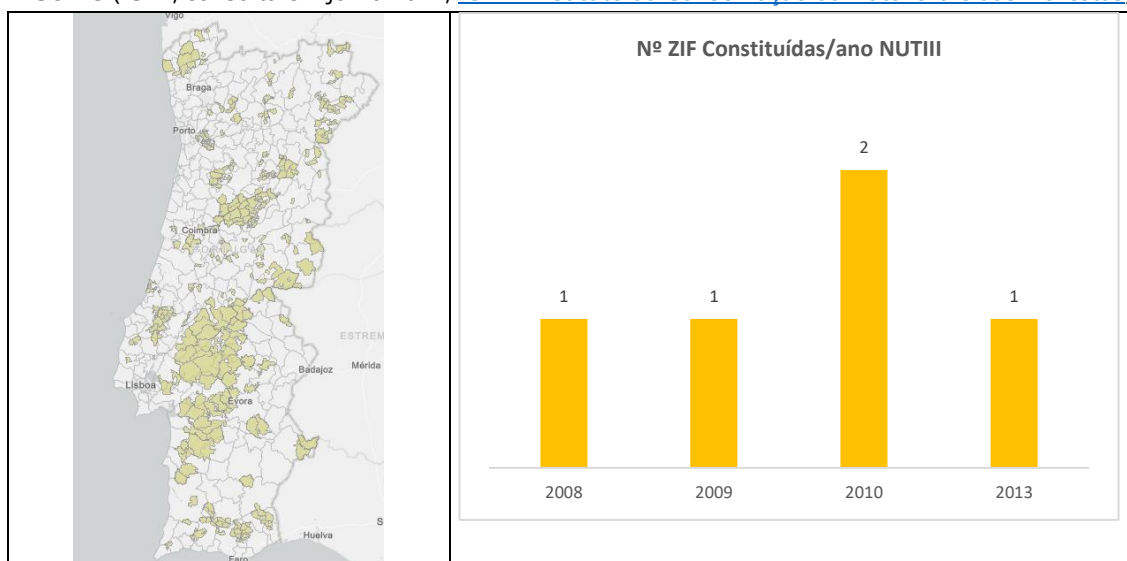
Sem prejuízo da iniciativa ser sempre dos proprietários/compartes, cabe especial referência aos AdB das Unidades de Baldio sujeitas ao Regime Florestal e que integram os Perímetros Florestais da Sub-Região, cerca de 7 932 hectares, ainda sem implementação do modelo de gestão agrupada.

Nesse sentido é fundamental a existência de um quadro de incentivos que suporte a contratualização de novas entidades gestoras e de um mecanismo que assegure a prossecução das ações desenvolvidas pela área já agregada, em Macinhata e Valongo do Vouga.

Nesta Sub-Região, considerando o regime de propriedade e o potencial dos recursos endógenos, foi também identificada a oportunidade na Sub-Região para a constituição de Unidades de Gestão Florestal (UGF) em áreas que permitam proporcionar a valorização e a rentabilidade adequada dos ativos florestais.

Da análise da ficha projeto 1.2.1.1 Gestão agregada de pequenas propriedades no PNA, verifica-se que alguns dos indicadores estão desalinhados com a realidade das sub-regiões, onde há ZIFs constituídas e onde é necessário estimular a manutenção/ renovação e não apenas o seu crescimento, pelo que se sugere a sua adaptação.

RESUMO (ICNF, consulta em Julho 2022; [ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas](#))



De um modo geral, verifica-se que uma maioria das ZIF constituídas não representam atualmente uma verdadeira gestão agregada. As entidades gestoras, embora existentes, não têm capacidade de intervenção territorial em escala sendo na maioria dos casos apenas uma entidade legal constituída, mas sem atividade, quer por falta do devido enquadramento legislativo de suporte às ações/atividade, quer pela ausência de um pacto de políticas financeiras adequadas.

Na grande maioria dos casos, a obrigatoriedade legal de adaptar os planos de gestão florestal (PGF) das ZIF aos programas regionais de ordenamento florestal (PROF) não foi cumprida, não só por não ser considerada uma prioridade face à ausência de recursos financeiros, mas também por falta de capacidade técnica das entidades.

O incentivo ou apoio á contratação de técnicos por parte das entidades gestoras de ZIF poderá promover a reativação do seu funcionamento e/ou a criação de novas ZIF, respondendo assim às metas adaptadas propostas de indicadores da ficha projeto.

Na Região de Aveiro não existem entidades com gestão de áreas agregadas (ZIF, AdB).

Situação de Referência:

- c)** a situação de referência t0 para o projeto a dezembro 2023: na Região de Aveiro não se encontra constituída qualquer figura de gestão agregada
- ZIF: não existe, mas no futuro existe potencial para se constituírem 2 ZIF
 - AdB: a Região tem potencial
 - UGF: não existe atualmente, mas a Região tem potencial. No entanto existe uma iniciativa piloto para constituição UGF, Macinhata e Valongo do Vouga, aproximadamente 460 ha.
 - EGF: não existe atualmente, mas a Região tem potencial.
 - AIGP: não existe atualmente, foco da política atual, deve ser acompanhada, com revisitação anual desta medida.
 - Estabelecimento de contratos-programa: definir formas de contratualização simplificada com OPF, baseada em resultados obtidos e ações de médio prazo e não em tarefas.

Execução biénio 2022-2023 - 0

Indicadores de Referência:

- Número de contratos programa- estabelecidos
- Número de unidades de baldios envolvidas nos AdB;
- Áreas de baldios abrangidas e agrupadas em AdB;
- Aumento de área gerida por EGF, UGF e AIGP;
- N.º de contratos-programa estabelecidos com PGF ou OIGP;
- N.º de PGF e OIGP executados conforme calendário
- Aumento do valor ativo por ZIF, UGF, AdB, EGF e AIGP
- Número de entidades de gestão coletiva
- Área de ZIF e AIGP com cadastro da propriedade
- Número de contratos programa- estabelecidos com PGF ou OIGP

Outros Indicadores de Execução

- Área com atividade silvícola por figura associativa
- Número de entidades aderentes

Valores de referência

- Recursos humanos: 25000€/ano
- Apoio da estrutura (viatura, comunicações, equipamentos informáticos): 5000€/ano
- Apoio jurídico: 10000€/ano
- Comunicação (sensibilização/promoção): 5000€/ano

Metas:

- | | |
|-------------|---|
| 2025 | <ul style="list-style-type: none">• 40% área de baldios abrangidas e agrupadas em AdB• Aumento da área gerida por unidades/entidades de gestão coletiva (ZIF, UGF, AdB, EGF e AIGP) em 20%• Aumento do número de entidades de gestão coletiva (ZIF) em 5%• 5 novas entidades de gestão coletiva (UGF e EGF)• Área da ZIF e AIGP com cadastro da propriedade para 2750 há |
| 2026 | <ul style="list-style-type: none">• 3 Unidades de baldio (baldios) envolvidas nos AdB• 40% da área baldios abrangidas e agrupadas em AdB |
| 2030 | <ul style="list-style-type: none">• 4 Unidades de Baldios envolvidas em AdB• 80% da área de baldios abrangidas e agrupadas em AdB• Aumento da área gerida por unidades/entidades de gestão coletiva (ZIF, UGF, AdB, EGF e AIGP) em 40%• Aumento do número de entidades de gestão coletiva (ZIF) em 5%• 13 novas unidades de gestão coletiva (UGF e EGF)• Área da ZIF e AIGP com cadastro da propriedade para 4000 ha |

Fontes de informação

ICNF, DGT

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada
- 1.1.3.2 Programa de emparcelamento
- 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)
- 2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustível
- 2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária
- 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
- 2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor
- 2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas
- 2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de Gestão de Fogos Rurais
- 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas
- 3.1.1.3 Mecanismo de apoio à realização de queimadas
- 4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Observações: A cartografia apresentada corresponde a áreas com potencial para ocorrer uma gestão agregada da propriedade.

1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: Valorizar os espaços rurais
Objetivo estratégico: Reformar modelo da gestão florestal
Programa: Aumentar a área com gestão integrada
Projeto: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: Território agregado
Responsável: ICNF
Trio: DRAPC, CIRA, AGIF
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Os PRGP são uma das medidas do Programa de Transformação da Paisagem (PTP) e destinam-se a planear e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas. Os PRGP desenham a paisagem desejável, definem uma matriz de transição a médio-longo prazo suportada num modelo de financiamento que assegura a sua implementação (Fonte: DGT).

Na identificação dos Territórios Vulneráveis, consideraram-se as freguesias do continente em que mais de 40 % do território se encontra sob perigosidade alta e muito alta de incêndio rural, assim como aquelas que não cumprindo o critério de perigosidade referido anteriormente, sejam totalmente circundadas por freguesias que cumpram o citado critério (Fonte: DGT).

A delimitação dos territórios vulneráveis, de acordo com os critérios identificados, não se aplica às freguesias com mais de 40 % do território sob perigosidade alta e muito alta de incêndio rural, isoladas ou contíguas, cuja área global seja inferior a 200 km² (Fonte: DGT).

A contribuir para a meta de realização de estudos, para apoio à elaboração de 20 programas de reordenamento e gestão da paisagem até 2024, para além do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) das serras de Monchique e Silves em vigor, encontram-se atualmente em aprovação o PRGP do Alto Douro e Baixo Sabor, o PRGP das Serras do Marão, Alvão e Falperra e o PRGP da Serra da Malcata, determinados pelo Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março, que inclui o PRGP das Serras da

Lousã e Açor, ainda em desenvolvimento, tal como o PRGP do Pinhal Interior Sul, determinado pelo Despacho n.º 12735-B/2021 de 28 de dezembro de 2021.

A estes Programas acrescem mais quatro PRGP em elaboração ao abrigo do Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro - PRGP do Alva e Mondego, PRGP dos Montes Ocidentais e Beira Alta, PRGP das Serras da Gardunha, Alvelos e Moradal e PRGP da Serra do Caldeirão.

A elaboração dos PRGP observa o disposto no Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 16/2022, de 14 de janeiro.

Situação de Referência:

- a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2022: 0 PRGP elaborados.
- a execução do biénio 2022-2024 prevê-se 0 PRGP em elaboração.

Indicador(es) de referência:

- Número de PRGP elaborados;
- Número de PRGP aprovados;
- Número de PRGP em implementação;
- Área abrangida por PRGP;
- Área abrangida por financiamento a serviços de ecossistemas.

Outros Indicador(es) de execução:

- na

Valores de referência:

PRGP Serra da Lousã e Açor – 122. 985,00 + IVA

PRGP Alva e Mondego – 105.400,00 + IVA

PRGP Montes Ocidentais e Beira Alta – 111.600,00 + IVA

Metas

2025: Número de PRGP aprovados - 0UN

2030: Número de PRGP aprovados - 1UN

2030: Número de PRGP em implementação - 1UN

2030: Área abrangida por PRGP –15000 ha

2025: Área PRGP abrangida por Financiamento dos Serviços dos Ecossistemas - 0 ha

2030: Área PRGP abrangida por Financiamento dos Serviços dos Ecossistemas - 1500 ha

Fontes de informação

- Direção Geral do Território (DGT) - <https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/prgp>

- Diário da República n.º 44/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-03-04, páginas 2 – 6 - Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março.

- Diário da República n.º 233/2021, Série II de 2021-12-02, Parte C - páginas 28 – 34 - Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 1.2.2.1 Modelo de financiamento multifundo
- 1.2.2.2 Património florestal certificado numa ótica da circularidade
- 1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural
- 1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais
- 2.1.1.3 Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: X (Assinale com X se for o caso)

Observações: O PRR tem financiamento previsto para elaboração de PRGP até 2025. Para a implementação dos PRGP terá de ser assegurado o respetivo financiamento.

O orçamento disponível no PNA para este projeto referente aos 20 PRGP, é de 4.200.000,00 Euros. No entanto, não é claro se o orçamento contempla as rubricas de elaboração e implementação dos PRGP;

Repartindo este orçamento equitativamente pelos 20 PRGP, obtém-se um valor de referência de 210.000,00 Euros por PRGP.

No entanto, o orçamento do PSA é de 339.985,00 Euros (+IVA), considerando só o valor de adjudicação para a elaboração do PRGP. Este montante não considera o valor de implementação, o qual tem de ser definido de acordo com as intervenções identificadas na elaboração.

A suborçamentação será a principal dificuldade para a execução deste projeto na totalidade, devendo por isso o orçamento do PNA ser alvo de revisão, de modo a poder dar resposta às reais necessidades do território.

1.2.2.1 Modelo de financiamento Multifundos

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 1 Valorizar os Espaços Rurais
Objetivo estratégico: 1.2 Reformar modelo da gestão florestal
Programa: 1.2.2 Mobilizar o potencial económico dos recursos endógenos
Projeto: 1.2.2.1 Modelo de financiamento Multifundos
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: Cluster 2 Financiamento e valorização do território
Responsável: CIM
Trio: AGIF, AFBV, OFA
Técnico de contacto: David Deveza CIM david.deveza@regiaodeaveiro.pt 912374288

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

De acordo com a Estratégia Florestal Nacional, espelhada no recente PROF-CL, no capítulo H, tabela 1, existem dois cenários com a evolução das espécies florestais a partir do Inventário Nacional Florestal de 2005 (IFN5) e da avaliação intercalar de 2010. A lógica da construção da ficha, contou com a previsão de espécies a instalar num cenário mais otimista previsto e traçar a evolução das espécies autóctones até 2030. Tendo em conta as existências no IFN6, traçou-se uma linha com as taxas de crescimento do PROF-CL, dando origem ao conjunto de resultados desta ficha. Por fim, esta ficha foca-se na reconversão de povoamentos e pagamentos de serviços de ecossistemas, na **Rede secundária da Região, na Estrutura Ecológica e a Compartimentação da Paisagem**, como forma de apoio à reconversão de povoamentos.

Estima-se tentar executar 10% das necessidades de reconversão da paisagem e pagamento de serviços de ecossistemas, com foco no território vulnerável. O valor apurado foi de 831 ha (10%), a prioridade são os territórios vulneráveis.

Situação de Referência:

- d) a situação de referência t0 para o projeto: Consultar a ficha
- e) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: Consultar a ficha

Indicador(es) de Referência:

- d) Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível.
- e) Estratégia Florestal Nacional
- f) PROF-CL - capítulo H
- g) *“Estrutura ecológica nacional : uma proposta de delimitação e regulamentação”*
- h) *“SCAPEFIRE : ordenamento do território para a prevenção dos incêndios rurais”*

Outros Indicadores de Execução:

- Investimento total aprovado
- Nº de Candidaturas e investimento aprovado em território vulnerável
- Número de beneficiários
- Número de Hectares instalados por espécie
- Número de hectares intervencionados por espécie

Valores de Referência:

Como referido anteriormente, foi tido em conta os valores da evolução das espécies florestais, a partir do Capítulo H, Tabela 1 do PROF-CL, e foi multiplicado a taxa de crescimento estimada para cada espécie florestal na Região de Aveiro.

Tendo em conta que o Inventário Nacional 5 e 6 não tem o nº de hectares de floresta de sobreiro, azinheira, pinheiro-manso e castanheiro, por defeito a partir da COS2018, colocou-se como ocupação inicial 12 hectares, para refletir no futuro a evolução da espécie. Como estas espécies tem pouca expressividade, é pouco irrelevante para o orçamento da ficha.

Metas:

- Investimento Total aprovado (€) pelo Programa multifundos
- Nº de candidaturas e investimento aprovado nos territórios vulneráveis
- Nº de candidaturas e investimento aprovado em áreas de gestão coletiva (AIGP, ZIF)
- N.º de hectares instalados e gestão em SIG colocado no PLIS
- Número de beneficiários em minifúndio
- Número de hectares instalados por espécie
- Número de hectares intervencionados por espécie
- 2030: 831 hectares apoiados pelo programa Multifundos

Fontes de informação

PROF-CL
ENF
IFN6

Outros projetos correlacionados a nível regional:

- 1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)
- 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas

2.1.1.3 Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais

2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações: Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

1.2.2.2 Património florestal com gestão certificada numa ótica de circularidade

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: Valorizar os espaços rurais
Objetivo estratégico: Reformar modelo da gestão florestal
Programa: Mobilizar o potencial económico dos recursos endógenos
Projeto: Património florestal com gestão certificada numa ótica de circularidade
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: Financiamento e valorização do território
Responsável: ICNF
Trio: AFBV, OFA
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Com esta ficha de projeto pretende-se promover o uso circular de materiais técnicos assentes em recursos renováveis e preservação de valor, através de um sistema de certificação específico para a floresta e produtos florestais, desenvolvendo o potencial económico dos recursos florestais.

Os principais resultados esperados:

- A melhoria da sustentabilidade florestal;
- A promoção de boas práticas florestais;
- A dinamização da economia local e das indústrias de produtos florestais dos territórios rurais.

Neste enquadramento, entendeu-se que a prioridade de intervenção deste projeto deve ser dada à gestão florestal certificada das áreas sob gestão pública e baldios não só pela relevância da área em questão, quer pela especificidade do modelo de gestão partilhada e da multifuncionalidade que estes espaços apresentam na maioria dos casos. Por outro lado, a inclusão da gestão certificada das áreas privadas neste projeto prende-se sobretudo com o facto de que o funcionamento do mercado de compra e venda de material lenhoso tem encontrado alguns mecanismos de autofinanciamento.

No entanto, é necessário que haja continuidade deste trabalho, traduzindo-se num aumento de área e como tal, assim de um apoio financeiro específico a eleger no presente projeto, contabilizando-se as áreas certificadas privadas e publicas para a Região de Aveiro.

Situação de Referência:

Entidades Certificadoras	Área certificada (ha)
Unimadeiras	8000
Abastena	1000
Cerna	1000
AFBV	8000
Bioflorestal	500
2BForest	1000
Naviagtor	500
Altri	500
Total	20500

Indicadores de referência

- Percentagem de número de certificados da cadeia de custódia por tipologia de produto
- Percentagem de áreas com gestão florestal certificada
- Percentagem de áreas sob gestão pública e em baldios com gestão florestal certificada
- Definir e implementar a estratégia de comunicação com os produtores e empresários locais

Outros Indicadores de Execução:

- Não identificados.

Valores de Referência: 25 € /ha de espaço florestal certificado

Metas:

- Aumentar o número de certificados da cadeia de custódia por tipologia de produtos, 30% até 2030
- Áreas públicas e em baldios com gestão florestal certificada, 40% em 2025
- Áreas públicas e em baldios com gestão florestal certificada, 100% em 2030
- Área com gestão florestal certificada, 20% em 2025
- Área com gestão florestal certificada, 80% em 2030

Fontes de informação

Associação Florestal do Baixo Vouga, 2022

FSC Portugal

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 1.2.2.4 - Diversificação e qualificação da economia rural
- 1.2.3.1 - Aumento do rendimento da fileira florestal no território
- 1.2.3.2 - Aumento da remuneração dos proprietários florestais

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ ☐ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 1 Valorizar os Espaços Rurais
Objetivo estratégico: 1.2 Reformar modelo da gestão florestal
Programa: 1.2.2 Mobilizar o potencial económico dos recursos endógenos
Projeto: 1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: Cluster 2 Financiamento e valorização do território
Responsável: CIM
Trio: DRAPC, AFBV, OFA
Técnico de contacto: David Deveza CIM david.deveza@regiaodeaveiro.pt 912374288

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

De acordo com as metas e indicadores previstos no PNA, foi tomado em conta os valores apresentados, pelo CENTRO2020 e FEDER (Jovem Agricultor)

Relativamente aos dados divulgados pelo CENTRO2020, foram selecionados os CAE-Rev.3, relacionados com a ficha de projeto, através de palavras-chave como por exemplo “turismo”, “alojamento”, “bebidas” de acordo com a descrição dos indicadores de realização.

Quanto aos dados do FEDER (Jovem Agricultor) foram selecionados os dados para a Região de Aveiro, relativamente à medida 3.1.1 - Jovens Agricultores e 3.1.2 - Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola. Existe mais medidas de apoio do FEDER à agricultura, mas o orçamento do PNA não permitirá abordar outras medidas.

O enquadramento anterior, está em linha com os pressupostos estabelecidos pela CCDR, cada CIM está previsto um projeto de 1 milhão de euros, com a possibilidade mais 1 projetos de ação coletiva (GAL/Associações) e também 4 projetos individuais por não, no valor de 40 mil euros cada.

Situação de Referência:

- f) a situação de referência t0 para o projeto: 0
a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: 3 280 000€

Indicador(es) de Referência:

Aumentar o volume do comércio local, através da valorização e diversificação dos recursos endógenos dos territórios rurais.

Outros Indicadores de Execução:

De acordo com as indicações Regionais (CCDR-C), está planeado atribuição de fundos para 2 projetos de um milhão de euros por CIM e de forma tendencialmente igualitária, cerca de 4 projetos singulares por ano, num total de 32 projetos até 2030.

Está ainda reservado financiamento para 2 projetos de um milhão euro para GAL/Associações (nível nacional).

Foi identificado projetos com relevância para Região, tais como: Medronho, Frutos Vermelhos, empresas de turismo rural, passadiços, caprinos.

Valores de Referência:

	Valor base (até 2022)	Valor total	Incremento (Expectável)
Aumento de 5% de exportações	7 008 506,34 €	7 358 931,66 €	350 425,32 €
Aumento de 20% em Projetos de Investimento apoiados	102	141	39
Aumento de 15% do volume de negócios	12 984 442,21 €	14 932 108,54 €	1 947 666,33 €

Metas:

Aumento de 20% de projetos de investimento apoiados

Aumento de 15% do volume de negócios

Aumento de 5% de exportações

Fontes de informação

<http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados>

<https://bo.pdr-2020.pt/pdr2020/aprovacoes>

Outros projetos correlacionados a nível regional:

1.2.3.2 - Aumento da remuneração dos proprietários florestais

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)	
Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)	
Observações:	Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 1 valorizar os espaços rurais
Objetivo estratégico: 1.2 Reformar o modelo da gestão florestal
Programa: 1.2.2 Mobilizar o potencial económico dos recursos endógenos
Projeto: 1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: n.º 2 Financiamento e valorização do território
Responsável: DRAPC
Trio: ICNF, FGAV
Técnico de contacto: João Magalhães Crespo/Duarte Nuno Ferreira – magalhaes.crespo@drapc.gov.pt 234 403 980

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Os **sistemas agroflorestais** em Portugal Continental correspondem a áreas ocupadas com sobreiros, azinheiras, castanheiros, pinheiros mansos, carvalhos, medronheiros e alfarrobeiras em **povoamentos puros ou mistos, que estão principalmente associados com culturas arvenses de sequeiro em rotações longas e/ou com pecuária extensiva de bovinos de carne e/ou pequenos ruminantes**, bem como outros aproveitamentos e actividades colectoras (frutos e cogumelos silvestres, plantas aromáticas, ornamentais, medicinais autóctones) e apicultura;

Os sistemas agroflorestais **geridos de forma sustentável providenciam diferentes tipos de serviços ecossistema**, com grande relevância para a sociedade, por contribuírem para a resolução de problemas ambientais, preservação e melhoria do solo e contribuir para o sequestro do carbono;

Situação de Referência:

Na região Centro as superfícies agroflorestais representam apenas 2% do território enquanto que as **florestas e agricultura representam, respectivamente 50% e 23%**, sendo de salientar uma significativa representatividade dos **matos (13%) e pastagens (4%)**;

Como **objecto deste projecto consideramos espaços agroflorestais os vocacionados (11 ha) e os que, por motivos de ordenamento e prevenção de fogos rurais, se torna imperativo reorientar para funções associadas a actividades agrosilvícolas, silvopastoris e agrosilvopastoris.**

Assim, na CIM RA entendemos que as **áreas potenciais de intervenção** constituem as ocupadas por pastagens (1 737 ha), matos (1 472 ha) e superfícies agroflorestais (11 ha) que perfazem uma área total de 3220ha correspondendo à diminuta percentagem de **0,7 % do total das áreas potenciais do PRA.**

Indicador(es) de Referência:

N.º de projetos apoiados e valor investido;

Área de SAF incrementada ou mantida

Novas áreas resinadas, novas áreas de pinheiro manso, sobreiro e medronheiro;

Novas colmeias e novos apicultores;

Novas áreas por atividade agroflorestal afetas à fileira dos frutos secos;

Incremento do ordenamento cinegético

Outros Indicadores de Execução:

-

Valores de Referência:

Na CIM RA entendemos que as **áreas potenciais de intervenção** constituem as ocupadas por pastagens (1 737 ha), matos (1 472 ha) e superfícies agroflorestais (11 ha) que perfazem uma área total de 3220ha correspondendo à diminuta percentagem de **0,7 % do total das áreas potenciais do PRA.**

Orçamento, aplicando o valores/meta regional proporcionalmente ao nível da sub-região de Aveiro (CIM RAveiro) **0,38 M euros; 0,7% do orçamento previsto no PRA (55M€)**

Metas:

Apresentação de candidaturas para 80 % do valor disponível nas medidas/ações

Taxa de aprovação de 60 % das candidaturas apresentadas;

Taxa de execução de 80 % das candidaturas aprovadas.	
Fontes de informação DRAPC e DGAV	
Outros projetos correlacionados a nível regional: 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de Combustível 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos	
Cartografia correlata: Cartografia de planeamento: (Assinale com X se for o caso) Cartografia de resultado: (Assinale com X se for o caso) Não tem cartografia: X (Assinale com X se for o caso)	
Observações:	Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários florestais

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 1 Valorizar os Espaços Rurais
Objetivo estratégico: 1.2 Reformar o modelo da gestão florestal
Programa: 1.2.3 Fomentar a inovação e melhoria da competitividade das empresas do setor
Projeto: 1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários florestais
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: Cluster 2 Financiamento e valorização do território
Responsável: AFBV
Trio: OFA / DRAPC
Técnico de contacto: Luís Sarabando AFBV sarabando@afbaixovouga.pt 917133536

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Inscrever aqui pressupostos, entregáveis

Situação de Referência:

g) a situação de referência t0 para o projeto: na

h) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto:

Indicador(es) de Referência:

- Incentivos à implementação de mecanismos de gestão agregada

- Rendimento dos produtores florestais

Outros Indicadores de Execução:

Escrever aqui outros indicadores de execução que se entendam interessantes

Valores de Referência:

1.086.400,00 €

Metas:

Medida 1 - Desenvolver um modelo de negócio e exploração que fomentem a gestão agregada para cada sub-região 940k

Medida 2 - Promover indústria de base florestal 90,4k

Medida 3 - Promover os modelos de gestão agregada a nível local junto de proprietários 50,4k

Medida 4 - Criar a PARF regional 5,6k

Fontes de informação

Entidades

Outros projetos correlacionados a nível regional:

1.2.2.4

1.2.2.5

1.2.2.3

1.2.3.1

1.2.2.1

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: Valorizar os espaços rurais
Objetivo estratégico: Planear e promover uma paisagem diversificada
Programa: Reconverter a paisagem
Projeto: Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: Paisagem
Responsável: ICNF
Trio: AFBV, OFA, CIM, DRAPC
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

As Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), são um instrumento jurídico contemplado no Programa de Transformação da Paisagem, o qual tem como principais objetivos a promoção da gestão e exploração comum dos espaços agrícolas e florestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio, de modo a garantir uma maior resistência e resiliência aos incêndios, assim como melhorar os serviços de ecossistemas, promovendo a revitalização destes territórios e a adaptação às alterações climáticas.

As AIGP em conjunto com os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), sujeitam determinadas áreas que apresentam fatores críticos de perigo de incêndio e vulnerabilidade, a um conjunto de intervenções que configuram as operações integradas de gestão da paisagem (OIGP).

As AIGP visam áreas territoriais com escala adequada para uma gestão florestal ativa e racional, tendo por base uma metodologia e enquadramento regulamentar e financeiro próprios, nas diferentes fases do processo de constituição e operacionalização.

A constituição das AIGP depende da adesão dos produtores e proprietários, pelo que o envolvimento das autarquias, principalmente nos contextos rurais despovoados e envelhecidos, são fator indispensável para mobilizar os proprietários a aderirem a modelos de gestão coletiva, sendo por este facto o modelo das AIGP orientado para comunidades locais.

De acordo com o nº4 do Artigo 45º do Decreto-lei nº82/2021, o qual estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento, a recuperação de áreas percorridas por incêndios com área igual ou superior a 500 ha pode ser constituída uma área integrada de gestão da paisagem, nos termos legalmente aplicáveis.

De acordo com o Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (RJRP), a constituição de uma AIGP pode ser promovida pelo Estado, por autarquias locais, por organizações de produtores florestais e agrícolas, por cooperativas, por associações locais, por entidades gestoras de baldios e por organismos de investimento coletivo.

A AIGP sujeita determinada área a um conjunto articulado e integrado de intervenções, tendo por base uma Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP), a qual será promovida e operacionalizada pelos atores locais, enquanto dinamizadores da transformação da paisagem, e visam a reconversão e gestão de territórios florestais, agrícolas e silvopastoris.

A OIGP deverá definir no espaço e no tempo, as intervenções de transformação da paisagem, de reconversão de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operativo, os recursos financeiros, o modelo de gestão e programa de monitorização a implementar.

O Aviso do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) com o n.º 01/C08-i01/2021 «Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)», de 21 de julho de 2021, definia as condições de acesso e de elegibilidade dos beneficiários finais, assim como a área geográfica de aplicação e âmbito setorial dos projetos, bem como as despesas elegíveis e não elegíveis e as condições de atribuição do financiamento. Estavam ainda identificados os critérios de seleção das operações a financiar e os procedimentos de apresentação das candidaturas e do processo de análise e decisão.

No seguimento deste aviso não foram aprovadas para a Sub-Região de Aveiro nenhuma AIGP.

Situação de Referência:

- a situação de referência t0 para o projeto em 2020 não havia nenhuma AIGP constituída;
- a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: não havia nenhuma AIGP constituída;

Indicador(es) de Referência:

- Número de AIGP constituídas na sub-região;
- Número de AIGP com OIGP aprovadas e contrato assinado;
- % de AIGP com OIGP aprovada;

Outros Indicadores de Execução: Não identificados.
Valores de Referência: - Área das AIGP aprovadas e com financiamento atribuído: 16 746ha - Área das AIGP aprovadas e sem financiamento atribuído: 16 018ha Foram considerados valores de apoio financeiro às entidades gestoras tendo em consideração os seguintes valores: a) Valor base por AIGP: 10 000,00€ b) Valor por ha da AIGP: 12,00€ c) Valor base por prédio cadastrado: 4,00€ (até um máximo de 10 000,00€) d) Valor Potencial de Financiamento (VPF): 1 562,00€/ha Valor máximo de apoio para a implementação das operações identificadas na OIGP: 2 500,00€/ha.
Metas: 2024: 0 AIGP constituídas; 2026: 2 AIGP com OIGP aprovada; 2030: 1 (80%) AIGP com OIGP aprovada
Fontes de informação Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho; Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho Despacho n.º 7109-A/2021, de 16 de julho; Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro; Despacho n.º 12447-D/2021, de 21 de dezembro; https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/aigp/ DGT - Quadro de Referência de Apoio à Elaboração das Propostas OIGP (maio 2023); Aviso do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) com o n.º 01/C08-i01/2021 «Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)», de 21 de julho de 2021.
Outros projetos correlacionados a nível sub-regional: • 1.1.2.1. Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC); • 1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada • 1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) • 1.2.1.1 Gestão agregada de territórios rurais • 2.1.1.3 Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas de mais com 500 ha e intervir em articulação com as entidades locais • 1.2.2.1 Modelo de financiamento multifundos • 1.2.2.2 Património florestal com gestão certificada numa ótica de circularidade
Cartografia correlata: Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso) Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso) Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)
Observações: Esta ficha de projeto está relacionada com as AIGP aprovadas e constituídas. No entanto como há data não existem AIGP aprovadas para a Região de Aveiro, foi apresentado uma previsão.

2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: Cuidar dos espaços rurais
Objetivo estratégico: Planear e promover uma paisagem diversificada
Programa: Reconverter a paisagem
Projeto: Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: Paisagem
Responsável: ICNF
Trio: AFBV, OFA
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Foi elaborado um exercício de diagnóstico com base em metodologia para identificação dos territórios prioritários e ocupações do solo a incluir, com o objetivo de quantificar a área potencial para atribuição da remuneração.

Como ponto de partida foram selecionadas as variáveis para identificação das áreas-alvo e diagnóstico da ocupação atual, tendo por base as ocupações do solo associadas às Iniciativas/Medidas do projeto.

O enquadramento em áreas de APPS, que corresponde às duas classes de maior perigosidade, foi o filtro inclusivo inicial. Para além destas variáveis também foram consideradas os seguintes itens:

- AIGP
- Áreas do Sistema Nacional de Áreas de Conservação;
- Regime Florestal
- Corredores ecológicos

Com recurso à ocupação do solo (de acordo com a COS 2018) foram selecionadas as áreas ocupadas por eucalipto e por invasoras lenhosas, sendo determinada a taxa de ocupação destes estratos arbóreos ao nível da Região de Aveiro.

A concretização da área a ser reconvertida é determinada com base na percentagem (15%) de ocupação destes estratos arbóreos, que resultaram do cruzamento das áreas de APPS, com AIGP, regime florestal, SNAC e corredores ecológicos.

A concretização do diagnóstico para o nível sub-regional permitiu direcionar as tipologias de intervenção desta ficha de projeto de acordo com o seguinte racional:

- 1617 ha de área reconvertida com espécies autóctones com pagamento de SE;
- 15% de área de mosaicos multifuncionais com pagamento de SE;

Situação de Referência:

- a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2023: não existe pagamento dos serviços de ecossistemas na Região de Aveiro.
- a execução do biénio 2022-2023 para o projeto: sem execução

Indicadores de referência

- Área a ser reconvertida através de reflorestação com espécies autóctones
- Área abrangida por financiamento por serviços de ecossistemas

Outros Indicadores de Execução:

- Não identificados.

Valores de Referência:

Consideraram-se os valores de referência com base no Aviso n.º 13655/2019 - 1.ª Fase do Programa de Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas em Espaços Rurais:

- Pagamento de reconversão/instalação com valor médio de 2200€/ha;
- Pagamento de custos de gestão, manutenção e SE com valor médio de 120€/ha/ano para áreas florestais;
- Pagamento de custos de gestão, manutenção e SE com valor médio de 50€/ha/ano para áreas agrícolas.

Metas

- 2030: Apoiar a reconversão de povoamentos instalados com espécies autóctones mais bem-adaptadas (1617 ha de povoamentos reconvertidos);
- 2030: Aumentar em 15% o financiamento dos proprietários que prestam serviços de ecossistema com uma gestão ativa – 120 /ha/ano;

Fontes de informação

ICNF, 2022

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional: 1.2.3.1 Aumento do rendimento da fileira florestal e silvopastoril no território 1.3.1.1 Medidas fiscais e financeiras na gestão dos espaços florestais
Cartografia correlata: Cartografia de planeamento: ☒ (Assinale com X se for o caso) Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso) Não tem cartografia: ☐ (Assinale com X se for o caso)
Observações:

2.1.1.3 Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500ha em articulação com as entidades locais

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: Cuidar dos espaços rurais
Objetivo estratégico: Planear e promover uma paisagem diversificada
Programa: Reconverter a paisagem
Projeto: Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500ha em articulação com as entidades locais
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: Paisagem
Responsável: ICNF
Trio: ANEPC, Municípios, AFBV, GNR UEPS, OFA
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

O processo de recuperação de uma área ardida envolve um conjunto de ações que objetivam contrariar a degradação potencial dos ecossistemas (perda de solo, perda de vegetação, perda de água) e utilizar o solo, de acordo com um plano integrado, que considere os valores e interesses ambientais e sociais, próprios e circundantes.

Constitui, por isso, na cadeia de processos que definem a gestão do fogo, uma oportunidade para (re)construir as “paisagens do fogo” e assim contribuir para um território mais adaptado à severidade dos incêndios rurais em Portugal continental e, nessa medida, com condições mais favoráveis para o desenvolvimento das suas comunidades [ecossistema].

Com esta ficha pretende-se uma melhoria da articulação entre entidades envolvidas no combate e no pós-evento e maior foco no planeamento pós-evento, que permita uma intervenção nas áreas ardidas de mais de 500 hectares em colaboração, cuja realização de ações de recuperação e reordenamento do território possa apoiar as comunidades afetadas pelos incêndios e assegurar a reabilitação da economia e paisagem local.

Os dois objetivos sub-regionais passam pela criação de uma equipa por NUT III especializada e dedicada à recuperação do-pós evento, envolvendo o ICNF, os municípios, as OPF, entre outros e a criação de um programa de formação focado na recuperação de áreas ardidas.

Com estes objetivos pretende-se ir ao encontro da Diretiva Operacional para a Recuperação de Áreas Ardidas (DORAA), conforme contextualizado no Programa Nacional de Ação do PNGIFR.

Para definir o racional do número de hectares potenciais a terem ações de estabilização de emergência por ano para a Região de Aveiro, foi considerado 20% da média da área ardida registada nos últimos 10 anos (entre 2013 a 2022, valor de 458 ha).

Como resultados principais assume-se:

- Reconversão e recuperação da paisagem natural do território rural sujeito a incêndio;
- Melhoria da articulação entre as entidades envolvidas no combate no pós-evento; maior foco no planeamento e acompanhamento do pós-evento

Situação de Referência:

- t0 elaboração de ficha de estabilização de emergência para todas as ocorrências com área ardida superior a 500ha
- Biénio 2021-2022 - 1 REE elaborado, abrangendo 2 concelhos da região de Aveiro (Estarreja e Albergaria-a-Velha).
- 2024 – 1 REE elaborado, abrangendo os concelhos de Albergaria-a-Velha, Águeda, Aveiro, Estarreja e Sever do Vouga.

Indicadores de Referência

- % de execução física e financeira dos projetos de intervenção em: Matas Nacionais; Baldios e áreas geridas em co-gestão com o ICNF; Áreas privadas; ha e % recuperados
- % de ha tratados trimestralmente;
- Contratos locais (% obra realizada);
- Número de operadores florestais com habilitação adequada para atuar em áreas ardidas (certificação ou alvará).

Outros Indicadores de Execução:

- Elaboração de relatórios de estabilização de emergência;
- Garantir a realização do Relatório de Estabilização de Emergência no prazo máximo de 15 dias após a ocorrência do incêndio;

• Criação de brigadas para intervenção imediata pós-incêndio para reparação pós-supressão e estabilização de emergência; • Incorporação na DON de equipas afetas à intervenção pós-incêndio para reparação pós supressão e estabilização de emergência
Valores de Referência: O valor de referência estabilização de emergência – 1000,00€/ha
Metas: • 2030: 100% de áreas ardidas superior a 500 ha com ficha de estabilização de emergência (com financiamento assegurado para as atividades de recuperação) • Número de hectares com estabilização de emergência até 2030 – 3203 ha
Fontes de informação ICNF, 2023; Decreto-Lei nº82/2021, de 13 de outubro.
Outros projetos correlacionados a nível sub-regional: • 2.1.1.1. Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) • 2.1.1.4 Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM) • 1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)
Cartografia correlata: Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso) Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso) Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)
Observações:

2.1.1.4 Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: Valorizar os espaços rurais
Objetivo estratégico: Planear e promover uma paisagem diversificada
Programa: Reconverter a paisagem
Projeto: Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: Paisagem
Responsável: ICNF
Trio: CIRA, Ílhavo, Ovar, Águeda, Murtosa
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

De acordo com a publicação da Resolução de Conselho de Ministros nº115/2018 de 06 de setembro, os Planos Diretores Municipais (PDM) devem ser adaptados aos PROF considerando as implicações à escala intermunicipal, na medida em que os contínuos florestais extravasam, geograficamente, o âmbito de cada município, sendo imperioso garantir um nível de uniformidade na transposição dos PROF.

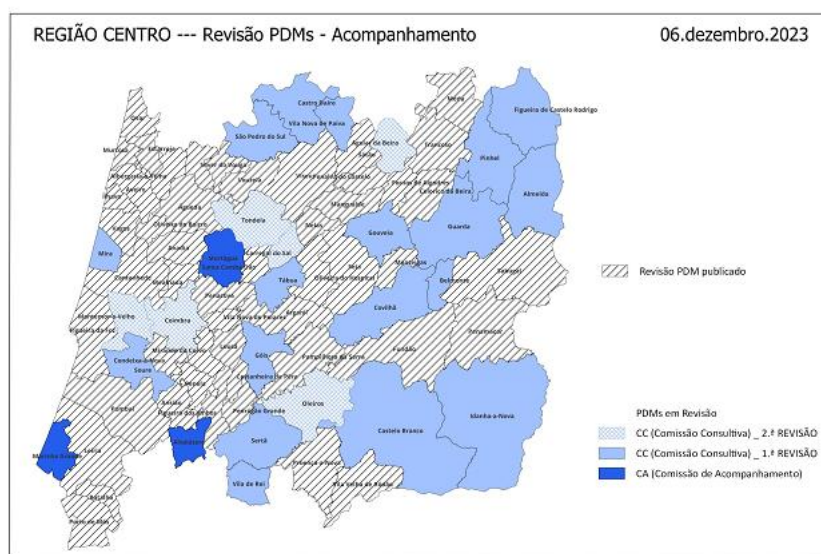
As disposições dos PDM devem ser adaptadas, conforme o disposto n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei 16/2009, de 14 de janeiro, na sua redação atual, conciliando com os PROF as suas normas de uso do solo no domínio do uso e gestão florestal considerando a escala intermunicipal.

No que se refere às peças gráficas, para a transposição dos PROF e adaptação dos PDM, deve ser aferido o limite das sub-regiões homogêneas e dos corredores ecológicos, dada a grande diferença de escalas cartográficas da respetiva elaboração.

Deste modo, é importante adaptar as disposições dos PDM para assegurar um alinhamento da estratégia de desenvolvimento e modelo territorial adotados nas áreas rurais, de forma a preservar a paisagem e os recursos florestais locais.

Situação de Referência:

- a situação de referência 2023 para o projeto em atualização.
- a execução do biénio 2022-2023: todos os PDM revistos



Indicadores de referência

- % da área de abrangência de PROF transpostos para PDM
- Número de PDM com PROF transpostos

Outros Indicadores de Execução: n.a

Valores de Referência: n.a

Metas:

- 2024: % da área de abrangência de PROF transpostos para PDM – 100%

Fontes de informação

ICNF, 2023

CCDR Centro, 2023

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 2 4.1.2.3 Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução
- 4.1.2.4 Normas Técnicas e Diretivas Operacionais
- 4.1.3.3 Alteração da lei das transferências das autarquias

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações: A elaboração do guia orientador para a transposição dos PROF para os PDM é essencial para garantir a uniformidade de critérios na transposição e cumprimentos dos prazos apresentados. O indicador que se encontra mencionado no PNA “Número de normas transpostas” não faz sentido, uma vez que o guia orientador deve fazer referência às normas que são transpostas para PDM.

Foi publicado em Decreto-Lei nº16/2024 de 19 de janeiro que os planos municipais ou intermunicipais devem, até 31 de dezembro de 2024, incluir as regras de classificação e qualificação previstas no presente decreto-lei, abrangendo a totalidade do território do município, sob pena de suspensão das normas dos planos territoriais em vigor na área em causa.

Se, até 31 de maio de 2024, não tiver lugar a primeira reunião da comissão consultiva, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria nº277/2015, de 10 de setembro, ou a conferência procedimental a que se refere o n.º 3 do artigo 86.º, por facto imputável ao município ou à associação de municípios em questão, é suspenso o respetivo direito de candidatura a apoios financeiros comunitários e nacionais que não sejam relativos à saúde, educação, habitação ou apoio social.

2.2.1.1 | Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 2 Cuidar dos espaços rurais
Objetivo estratégico: 2.1 Planear e promover uma paisagem diversificada
Programa: 2.1.1 Reconverter a paisagem
Projeto: 2.2.1.1 Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: 4 Gestão de combustíveis
Responsável: ICNF
Trio: AGIF, CIRA, ANEPC
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Estabelecer um sistema de informação e reporte de gestão estratégica de combustível assegurando um alinhamento com os objetivos dos programas de ação do SGIFR.

Situação de Referência:

- i) a situação de referência t0 para o projeto 2019: sistema de informação não implementado.
- j) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto sistema de informação não implementado.

Indicador(es) de Referência:

Implementação do sistema de informação

% De municípios com report de dados da gestão de combustíveis através do sistema de informação

Outros Indicadores de Execução:

na

Valores de Referência:

na

Metas:

- 2022: Novo sistema integrado de informação desenvolvido
- 2023: 100% do território coberto com sistemas de identificação e reporte

Fontes de informação

ICNF, Entidades Intermunicipais, Municípios

Outros projetos correlacionados a nível regional:

4.1.2.1 Constituição e funcionamento das Comissões de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

2.2.1.2 | Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustíveis

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 2 Cuidar dos Espaços Rurais
Objetivo estratégico: 2.2 Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem
Programa: 2.2.1 Executar o programa Plurianual de Gestão de Combustível
Projeto: 2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustíveis
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: 4 Gestão de Combustível
Responsável: ICNF, I.P.
Trio: CIRA, AFBV, OFA, Municípios
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF, I.P. joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Com esta ficha pretende-se assegurar a gestão efetiva da rede primária e a uniformidade e coerência do traçado a nível regional.

A Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (RPFGC) funciona como um elemento estruturante da paisagem rural, planeado e desenhado a uma escala regional, a fim de desempenhar um conjunto de funções assentes na defesa de pessoas e bens e do espaço Florestal:

- Função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo;
- Função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infra-estruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;
- Função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

O planeamento, instalação e manutenção da Rede Primária deverá ter em consideração alguns aspetos, nomeadamente:

- A sua eficiência no combate a incêndios de grande dimensão;
- A segurança das forças responsáveis pelo combate;
- O valor socioeconómico, paisagístico e ecológico dos espaços rurais;
- As características fisiográficas e as particularidades da paisagem local;
- O histórico dos grandes incêndios na região e o seu comportamento previsível em situações de elevado risco meteorológico;
- Incorporação de informação de simulações de comportamento do fogo;
- As atividades que nelas se possam desenvolver e contribuir para a sua sustentabilidade técnica e financeira.
- RVF associada

A definição da RPFGC também teve em conta o estudo elaborado pelo ICNF/ISA e a Rede Primária proveniente do Plano Distrital de Defesa da Floresta de Aveiro.

Situação de Referência:

A situação de referência t0 para o projeto respeita a dezembro 2023, caracterizando-se por:

- 49,5 ha com gestão efetiva
- CP/10/2022/ICNF/SEDE Aquisição de serviços de instalação e beneficiação no valor de 819 ha.
- Execução biénio 2022-2023 – 0 ha

Indicador(es) de Referência:

- Elaborar a Carta Anual de troços prioritários da rede primária
- Área da rede primária com gestão efetiva
- N.º de proprietários, beneficiários de mecanismo de compensação (servidão administrativa)
- Área abrangida pelo mecanismo compensatório

Outros Indicadores de Execução: n.a

Valores de Referência:

Considerou-se como valor de referência 1200 €/ha.

Metas:

- 2025: 350 ha/ano com gestão efetiva da rede;
- 2030: 139 ha/ano com gestão efetiva da rede;
- 2025: 700 ha com servidão constituída e paga;
- 2030: 1185 ha com servidão constituída e paga;
- 2025: Taxa anual de cumprimento superior a 85%

2030: Taxa anual de cumprimento superior a 95% 2030: 1212 ha manutenção de rede primária
Fontes de informação ICNF, I.P.
Outros projetos correlacionados a nível regional: 2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível 2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor 2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos 2.1.1.3 Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) 2.2.1.9 Uso de fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas
Cartografia correlata: Cartografia de planeamento: ☒ Cartografia de resultado: Não tem cartografia:
Observações: Foi considerado o valor de 1200€/ha quando se considera instalação e 900€/ha quando se trata de manutenção. Para o valor de compensação indemnizatória da servidão administrativa considerou-se 1156 €/ha.

2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 2 Cuidar dos espaços rurais
Objetivo estratégico: 2.2 Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem
Programa: 2.2.1 Executar o programa plurianual de gestão de combustível
Projeto: 2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: 4 Gestão de Combustível
Coordenação: ANEPC
Trio: ANEPC, Municípios, IP, REN, E-Redes, ICNF, etc...
Técnico de contacto: Margarida Guedes ANEPC margarida.guedes@prociv.pt 234403740

Responsáveis em PSA:
Sub Região Aveiro: Ricardo Fradique ANEPC 2cosrepc.Rave@prociv.pt 234403740

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Nível de execução/manutenção da RS para garantir e estabelecer as infraestruturas e equipamentos de interesse público.

Promover a continuidade da rede secundária em áreas de contiguidade de sub-regiões

Monitorizar a gestão da rede secundária

Situação de Referência:

k) a situação de referência t0 para o projeto: Conforme dados de suporte (ver Ficha e Excel)

l) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: Conforme dados de suporte (ver Ficha e Excel)

m) A execução do biénio 2022-2023: conforme dados de suporte (ver Ficha e Excel)

Indicador(es) de Referência:

- Área RS com execução/manutenção realizada (executada, em execução e a executar)
- Taxa de execução nas áreas prioritárias (APPS)

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

Orçamento Sub-Regional - Valor estimado: 8,132,754 €

Fontes de informação

PMDFCI e informação das entidades gestoras das redes e infraestruturas

PNA, PRA

Outros projetos correlacionados a nível regional:

2.2.1.3 a 2.2.1.7 – Fichas do Programa “Executar o Programa Plurianual de Gestão de Combustível”

2.1.1.3 – Recuperação pós fogo (...)

2.3.1.2 - Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas

2.1.1.1 - Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

Cartografia a ser elaborada com a colaboração da CIRA E GTFi e em articulação com a Ficha Projeto 2.3.1.2 - Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas

2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: Cuidar dos espaços rurais
Objetivo estratégico: Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem
Programa: Executar o programa plurianual de gestão de combustíveis
Projeto: Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: Gestão de combustível
Responsável: ICNF
Trio: AFBV, OFA, CIRA
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

As Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustível (AEMGC) são compostas por um conjunto de parcelas de diferentes dimensões, cuja implementação é realizada em locais estratégicos, onde através de variados tipos de usos, ocupações e ações, se promove a gestão dos diferentes estratos de vegetação e a diversificação da sua estrutura e composição.

A principal função das AEMGC, consiste em criar heterogeneidade na paisagem, permitindo assim deste modo a adoção em locais específicos, de um variado conjunto de táticas e técnicas de supressão, com o objetivo de minimizar os efeitos e dimensão dos incêndios rurais, limitando ou condicionando a sua propagação e consequentemente, minimizando os seus impactos.

Pretende-se com a implementação das AEMGC, a compartimentação do território, assegurando uma composição vegetal que constituam leitos de combustível com menor combustibilidade e otimize os seus benefícios face às diferentes condicionantes presentes, permitindo:

- Contenção dos incêndios;
- Trabalhar pontos de abertura, minimizando a multiplicação de frentes de incêndio;
- Evitar fogos de copas em povoamentos florestais adultos;
- Diminuir a possibilidade de propagação por projeções;
- Reduzir a continuidade da vegetação para diminuir o comprimento da chama;
- Favorecer a ancoragem das diferentes partes do incêndio com recurso a várias táticas de combate, incluindo a utilização de fogo técnico;
- Garantir a existência de zonas mais seguras para os meios de supressão.

As AEMGC poderão ser compostas por parcelas de variadas dimensões, devendo na sua implantação, explorar as singularidades dos grandes e mais frequentes incêndios, a orografia e as características da ocupação do solo, assim como garantir descontinuidades de combustível quer seja através de parcelas de fogo controlado, da

regularidade dos planos de corte, da frequente redução da camada arbustiva, da manutenção do desrame ou poda dos povoamentos florestais e da existência de plantações de elevada densidade, preferencialmente compostos por espécies baixa inflamabilidade e combustibilidade.

Os Mosaicos deverão ser ainda uma ferramenta que promova a alteração dos usos do território ao nível da paisagem, de modo a favorecer a diminuição da intensidade dos incêndios, através da implementação de diferentes atividades, tais como projetos agrícolas e outros, que favoreçam a sua valorização.

Neste sentido para o planeamento das AEMGC para a Região de Aveiro, realizou-se uma análise do território, num quadro de gestão multifuncional tendo em consideração os seguintes parâmetros:

- Histórico de Incêndios – Áreas Ardidas;
- Histórico de Incêndios – Eixos de propagação/caminhos preferenciais;
- Histórico de Incêndios – Recorrência;
- Carta de Perigosidade (Classes Alta e Muito Alta);
- Manchas críticas com potencial para desenvolvimento grandes incêndios;
- Rede Primária proposta em sede de PSA;
- Mosaicos Gestão combustíveis do PMDFCI;
- Ocupação do solo – COS2018.

Com a análise dos primeiros 7 pontos indicados anteriormente, foram definidas AEMGC as quais foram utilizadas como máscara para recortar a COS2018, de modo a se poder identificar as áreas alvo para enquadramento nas metas das fichas de projeto.

Deste recorte foram excluídos os territórios artificializados, os planos de água, as infraestruturas de produção de energia e tratamento de água residuais, a rede rodoviária, pedreiras, aterros e saibreiras, as instalações desportivas, parques de campismo, instalações de laser, cemitérios, parques e jardins, praias, dunas, áreas costeiras e zonas rochosas.

Deste modo, para quantificação e orçamentação das ações, foram consideradas as áreas de matos identificadas na COS2018 para quantificação da Meta 1 - matos com gestão de combustível; Meta 2 - Gestão de densidades: áreas de pinheiro-bravo e outras resinosas ardidas entre 2010-2017; Meta 3 – Reconversão da ocupação: áreas ocupadas com invasoras lenhosas e 25% da área de eucaliptos; Meta 4 - ações de redução da biomassa: áreas de povoamentos adultos, incluindo 75% das áreas de eucalipto. Foi ainda considerada a manutenção das áreas considerada em cada uma das metas.

Situação de Referência:

- n) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro 2023: 412 ha de área de mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis em PMDFCI;
- o) a execução do biénio 2022-2023 para o projeto: falta de informação do executado, dado que são diversas entidades que apresentaram candidaturas.

Indicadores de Referência:

- a) **Área gerida com projetos de gestão estratégica de combustível em territórios com classes de perigosidade alta e muito alta;**
- b) Área intervencionada com ocupação arbustiva;
- c) Área florestal com ações de reconversão (eucalipto, pinheiro-bravo e invasoras lenhosas);
- d) Área florestal com modificação da estrutura dos povoamentos e redução de biomassa (eucalipto, pinheiro-bravo e folhosas autóctones);
- e) **Rácio área intervencionada em minifúndio em função da área total;**
- f) Área florestal convertida por espécie;
- g) Área florestal com gestão de densidades e redução de biomassa por espécie.

Outros Indicadores de Execução:

Não identificados.

Valores de Referência:

Para orçamentação das operações associadas a cada uma das metas, foram considerados os seguintes valores:

Meta 1 - Matos com gestão de combustível: 900Euros/ha;

Meta 2 - Gestão de densidades: 1000Euros/ha;

Meta 3 – Reconversão da ocupação: 2200Euros/ha;

Meta 4 - Ações de redução da biomassa: 1000Euros/ha;

Metas:

2020-2030: Área gerida com projetos de mosaicos de gestão estratégica de combustível tendo como referência um valor de 6446 hectares, com partição indicativa:

- 80ha de matos com gestão de combustível;
- 369ha com gestão de densidades;
- 147ha com ações de reconversão da ocupação;
- 3140ha com ações de redução da biomassa;
- 2240 ha com manutenção das áreas intervencionadas.

Fontes de informação

Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro

Despacho n.º 11374/2021 de 18 de novembro de 2021

Tabelas CAOF 2022

Carta de Ocupação do Solo 2018: <https://www.dgterritorio.gov.pt/Carta-de-Uso-e-Ocupacao-do-Solo-para-2018>

Cartografia Perigosidade Estrutural – ICNF:

https://geocatalogo.icnf.pt/geovisualizador/perigosidade_estrutural_2020_2030.html

Cartografia Áreas Ardidas ICNF:

<https://www.icnf.pt/florestas/gfr/gfrgestaoinformacao/grfrelatorios/areasardidaseocorrencias>

Rede Primária: Proposta Programa Regional de Ação da Região Centro;

Área de Mosaicos: PMDFCI Municípios da Região de Aveiro, AEMGC Propostas no Programa Sub-Regional de Ação da Região Aveiro.

Outros projetos correlacionados a nível regional:

2.1.1.1. Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP);

2.1.1.3. Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas de mais com 500 ha e intervir em articulação com as entidades locais;

2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária;

2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível;

2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor;

2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas;

2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos;

2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas.

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☒

Cartografia de resultado: ☐

Não tem cartografia: ☐

Observações: A atualização das AEMGC a considerar nesta ficha de projeto deverá ser feita sempre que se proceda à revisão do PSA, principalmente no que diz respeito às AEMGC propostas pelas EG nas OIGP, dando seguimento à Orientação 3/2023 da CNGIFR, onde relativamente à articulação entre as OIG e os Programas de Ação do SGIFR, é indicado que deverão ser consideradas e incluídas as áreas identificadas nestas operações na ficha de projeto de acordo com as metas definidas.

Foi ainda considerada a manutenção das áreas considerada em cada uma das metas, tendo sido considerado um intervalo médio de 2 anos no caso da Meta 3, e de 3 anos para a Meta 1, Meta 2 e Meta 4, esse período poderá ser alterado em função da dinâmica da vegetação, devendo haver uma monitorização das áreas para ser possível aferir o modelo de manutenção

com maior precisão/eficiência.

2.2.1.5 | Proteção de áreas de elevado valor

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 2 Cuidar dos Espaços Rurais
Objetivo estratégico: 2.2 Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem
Programa: 2.2.1 Executar o programa plurianual de gestão de combustível
Projeto: 2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 4 Gestão de Combustível
Responsável: ICNF, I.P.
Trio: GNR, ANEPC
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF, I.P. joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Uma área de Elevado Valor, pode ser considerada atendendo o seu valor biológico, ecológico, social ou cultural de importância excecional ou crítica.

Quando estes valores e condições são identificados devem ser considerados de forma a manter as suas funções, nos ambientes considerados anteriormente.

Esta ficha, tem como objetivo a proteção de áreas de elevado valor, sendo que para a constituição da mesma como ponto de partida foram selecionadas como áreas de elevado valor as seguintes áreas:

- Perímetros florestais e Matas Nacionais;
- Áreas Protegidas;
- Sítios de Importância Comunitária;
- Zonas Especiais de Conservação;
- Zonas de Proteção Especial;
- Áreas do Regime Florestal;
- Sítios RAMSAR;
- Geosítios;
- Geoparques;
- Árvores de interesse público;
- Corredores ecológicos.

Nas áreas mapeadas e após cruzamento da informação de base, as zonas prioritárias de com potencial de certificação no curto médio prazo, foi diagnosticada a situação atual relativamente à ocupação do solo (de acordo com a COS 2018) e quantificadas as áreas de intervenção por tipologia:

- ha de matos com gestão de combustível;
- ha com gestão de densidades;
- ha com ações de reconversão da ocupação
- ha com ações de redução da biomassa em povoamentos florestais;

Com base neste diagnóstico considerou-se uma meta de intervenção em 10% do território identificado com ocupação de matos ou floresta e que se traduz da área total 3953 ha com potencial de proteção e gestão florestal

Situação de Referência:

- p) a situação de referência t0 para o projeto consideramos dezembro de 2023
- q) a execução do biénio 2022-2023 para o projeto consideramos as áreas intervencionadas em serviço público pelo programa de sapadores florestais;

Indicador(es) de Referência:

- Cartografia das áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental
- % de áreas com valor com Planos de Gestão de Combustíveis (PGC)
- % de execução dos PGC das áreas com valor
- Área tratada com fogo controlado, meios mecânicos e motomanuais e pastoreio dirigido
- Área com gestão de densidades por espécie
- Área com ações de reconversão de ocupação por espécie
- Área com ações de redução da carga de combustível por espécie

Outros Indicadores de Execução:

- NA

Valores de Referência:

Consideram-se como referência os seguintes valores:

- Meta 1 - Matos com gestão de combustível: 900Euros/ha;
- Meta 2 - Gestão de densidades: 1000Euros/ha;
- Meta 3 – Reconversão da ocupação: 2200Euros/ha;
- Meta 4 - Ações de redução da carga de combustível: 1000Euros/ha;
- Manutenção das áreas: 900Euros/há.

Metas:

2030 - ha de área gerida através de programas de gestão estratégica de combustíveis

- 3611ha de matos com gestão de combustível;
- 238ha com gestão de densidades;
- 2303ha com reconversão de ocupação;
- 1274ha com ações de redução da carga de combustível.

2030: 3660 ha Manutenção de área intervencionadas Metas 1,2,3 e 4

Fontes de informação

ICNF, I.P.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- ✓ 2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária
- ✓ 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
- ✓ 2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas
- ✓ 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos
- ✓ 2.1.1.3 Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas de mais 500 ha
- ✓ 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais
- ✓ 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☒ X

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia:

Observações:

2.2.1.6 | Gestão de Galerias Ribeirinhas

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 2 Cuidar dos Espaços Rurais
Objetivo estratégico: 2.2 Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem
Programa: 2.2.1 Executar o programa Plurianual de Gestão de Combustível
Projeto: 2.2.1.6 Gestão de Galerias Ribeirinhas
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: 4 Gestão de Combustível
Responsável: APA,I.P.
Trio: Inscreva aqui o grupo de trabalho (APA, I.P.; ICNF)
Técnico de contacto: geral@apambiente.pt ; arhc.geral@apambiente.pt

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Galerias ripícolas são formações de espécies vegetais autóctones nas zonas de transição entre ecossistemas aquáticos e terrestres. Além de funções importantes para a manutenção do bom estado das massas de água em que se inserem, as galerias ripícolas podem ter outras funções, como a de diminuição do risco e a proteção contra incêndios florestais.

A promoção e gestão das galerias ribeirinhas tem neste contexto uma importância relevante para a criação de zonas "tampão" aos fogos e proteção do espaço florestal confinante com valor económico e/ou ambiental. O estado das galerias ripícolas depende muito das intervenções humanas diretas ou indiretas que possam existir. É o caso por exemplo da introdução de espécies exóticas, que tende a limitar e/ou extinguir a existência de outras espécies vegetais.

Tendo em consideração os objetivos de proteção e valorização de áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental, as galerias prioritárias foram definidas, à partida, com base nos seguintes elementos:

- a) Rede hidrográfica de referência do Sistema Nacional de Informação de Ambiente - SNIAMB (<https://sniamb.apambiente.pt/content/geo-visualizador?language=pt-pt>);
- b) Cartografia dos territórios vulneráveis (Portaria nº 301/2020, de 24 de dezembro)
- c) Classe de Ocupação do Solo para 2018 (COS 2018);
- d) Histórico das áreas aridas com mais de 500 ha.

Metodologia:

A metodologia utilizada para a definir as prioridades de intervenção nas linhas de água, consistiu na definição de um conjunto de níveis de filtros, com a AGIF e com o ICNF, de modo a ficar homogéneo a nível nacional. Os níveis de filtros definidos são os constantes na seguinte tabela:

Nível	Descrição	Informação Geográfica
Filtro de Informação		
NFI1	Territórios Potenciais de Grandes Incêndios	TGPI_2023
NFI2	Pontos de Abertura + Caminhos Preferenciais do Fogo + locais frequentes de extinção ou de propagação + Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível	EixosPropagação + LocaisParagem +2214_AEMGC_Regiao_Centro
NFI3	Áreas de Gestão Agregada (AIGP/OIGP + ZIF + Agrupamentos de Baldios)	AIGP + ZIF + Baldios
NFI4	Zonas de Elevado Valor	GEOPARQUES + RAMSAR + RENAP + SIC + ZPE + REFLOA
NFI5	Declives Inferiores a 35%	Declive_menor35
NFI6	Continuidade de intervenção	-
NFI7	Territórios Vulneráveis + Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança	FV_SNIT + APPS

As prioridades de intervenção resultam das interseções dos diferentes níveis de informação, classificadas da seguinte forma:

- P1 – Prioridade 1:
Resulta da interseção da totalidade dos filtros 1 a 7 e da interseção dos filtros 1 a 4;
- P2 – Prioridade 2:
Resulta da interseção dos filtros de 1 a 3;
- P3 – Prioridade 3:
Filtros base PNA (1), áreas correspondentes ao nível de informação NFI1.

Com a priorização das intervenções definidas na rede hidrográfica e no sentido de evitar uma segmentação e intermitência excessiva nas áreas de intervenção, definiu-se que às áreas resultantes das interseções indicadas seriam majoradas com um buffer de 300m.

O nível de informação NFI6 foi o último a ser observado, uma vez que não implicava a utilização de informação geográfica mas a concretização das áreas de interseção em áreas de intervenção coerentes, contínuas e com capacidade de dar resposta ao desafio proposto.

Às áreas resultantes da interseção foram adicionados segmentos da rede hidrográfica por forma a dar continuidade na execução da intervenção das linhas de água.

Os segmentos adicionados assumiram o nível de prioridade do segmento vizinho com maior nível de prioridade.

Em termos de resultados globais os valores encontrados por nível de prioridade são os seguintes:

Prioridades	Área Total (ha)
P1	815,52
P2	529,26
P3	9.889,73
Total	11.229,51

Tendo por base a noção de margem de cursos de água não navegáveis, nem fluviáveis, o conceito de galeria ribeirinha gerida foi definido como faixa marginal com um máximo de 12.5 metros de largura para cada lado do limite do leito de um curso de água (2.5 metros de largura média dos taludes + 10 metros de margem). Está estabelecido no PNA que o projeto irá desenvolver a nível nacional dois entregáveis prévios à sua implementação:

- Mapa das galerias ribeirinhas prioritárias
- Norma Técnica de Gestão de Galerias Ribeirinhas Prioritárias para a redução do perigo de incêndio.

Situação de Referência:

- r) A situação de referência t0 para o projeto não quantificável na medida em que a APA não dispõe de valores de referência das intervenções realizadas por outras entidades, embora emita parecer sobre as mesmas, razão pela qual não é possível apurar quantos km em média anual de galeria ribeirinha são intervencionados. Estes valores devem ser obtidos junto das entidades que financiam este tipo de intervenções;
- s) Execução do biénio 2020-2021 para o projeto não é quantificável pelas mesmas razões.

Indicador(es) de Referência:

- i) Km de galeria ribeirinha gerida;
- j) Área de galeria ribeirinha gerida;

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

1.500€ por hectare de galeria ribeirinha intervencionada;

1.050€ por hectare de galeria ribeirinha com gestão ativa; 3.750€ por km de galeria ribeirinha intervencionada; 2.625€ por km de galeria ribeirinha com gestão ativa.
Metas: 2022 - Norma Técnica de Gestão de Galerias Ribeirinhas Prioritárias para redução do perigo de incêndio; 1º Semestre de 2023 - Produção do Mapa das Galerias Ribeirinhas Prioritárias 2022 -2030 – 3 743 hectares/ano de galeria ribeirinha prioritária intervencionada, num total de 11 229* hectares equivalente a um total de 4 492 km intervencionados. *área total de galerias ribeirinhas com intervenção e gestão ativa em ciclos de 5 anos
Fontes de informação APA - Rede hidrográfica de referência do sistema nacional ICNF Municípios - PDM (REN, EEM)
Outros projetos correlacionados a nível regional: 2.2.1.3 a 2.2.1.7 Cluster 4 Gestão de Combustível; 2.1.1.3 Recuperação Pós Fogo > 500 há; 2.3.1.2 Gestão de Combustível dos Aglomerados Rurais; 2.1.1.1 AIGP.
Cartografia correlata: Cartografia de planeamento: A identificada na tabela. Cartografia de resultado: Informação geográfica por prioridade e por Município. Está prevista a produção de informação geográfica a nível do PRA: Mapa das galerias ribeirinhas prioritárias que será a cartografia base de apoio à decisão e implementação das ações previstas neste projeto.
Observações: Ao nível do PSA devem ser identificadas as áreas de intervenção potencial com base nos mesmos pressupostos cartográficos do PRA: as áreas prioritárias de galerias ribeirinhas e as áreas estratégicas, sem prejuízo da possibilidade de identificação de outras áreas tidas por críticas na gestão das matas ribeirinhas.

2.2.1.7 | Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 2 Cuidar dos espaços rurais
Objetivo estratégico: 2.2 Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem
Programa: 2.2.1 Executar o programa plurianual de gestão de combustível
Projeto: 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 4 Gestão de combustíveis
Responsável: ICNF
Trio: DRAPC, DGAV, OPP
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

O sucesso do projeto está condicionado ao forte apoio das entidades/atores chave locais, assim como de uma necessidade emergente de adaptação das disposições dos PDM para assegurar um alinhamento da estratégia de desenvolvimento e modelo territorial adotados nas áreas rurais, de forma a preservar a paisagem e os recursos florestais locais.

Foi feita uma análise do efetivo existente na sub-região de Aveiro, assim como dos locais onde a sua densidade é maior de modo a perceber quais os locais que tradicionalmente tem maior aptidão para o pastoreio.

Foram ainda identificados um conjunto de territórios, que pela sua aptidão natural ou artificial, são de considerar como áreas potenciais para acolherem novos projetos, principalmente porque se enquadram nos territórios definidos nas metas deste projeto, como alvo para a gestão de combustíveis com recurso ao pastoreio extensivo, nomeadamente faixas da rede primária e áreas estratégicas de mosaicos de combustíveis, entre outros.

O pastoreio extensivo, é aquele que é feito em áreas de vegetação espontânea, assim como povoamentos de folhosas com reduzida densidade (FAO).

Para o dimensionamento do projeto foram considerados os valores de encabeçamento de referência da DRAP para o pastoreio extensivo, considerando o pastoreio extensivo aquele que no seu processo produtivo o encabeçamento não ultrapassa 1,4 CN/ha, podendo este valor ser estendido até 2,8 CN/ha, desde que sejam assegurados 2/3 das necessidades alimentares do efetivo em pastoreio.

Foi feita uma inventariação do efetivo, assim como dos locais potenciais para a instalação de novos projetos, ou então do reforço do potencial produtivo dos que já existiam, tendo sido considerada nestes últimos, a

possibilidade de utilizar o efetivo animal já existente, assim como aumentar o efetivo nas áreas onde fosse necessário.

Na estimativa orçamental, considerou-se um custo de instalação para projetos de raiz, orçamentando-se entre outros a aquisição de animais [200 animais (ovinos ou caprinos)], a construção de instalações para abrigo dos animais, a construção de vedações entre outros, assim como um subsídio anual por cabeça de gado, bem como os custos associados à preparação da área de instalação, nomeadamente:

- Custo de instalação: 100.000Euros/200 animais (Ovinos/Caprinos);
- Subsídio Anual/Cabeça: 35 Euros;
- Custos Preparação da Área de Instalação: 800Euros/ha.

Encabeçamento Considerado: 1,2 CN/ha , que corresponde a 8 Ovinos/Caprinos/ha e 1 bovino/equídeo/ha

Situação de Referência:

- t) a situação de referência t0 para o projeto é até dezembro de 2023: O efetivo animal na sub-região de Aveiro considerando os animais de raça bovina, caprina e ovina, era de 34051 animais. Destes, 29186 estavam em regime intensivo em estábulos, 947 em regime intensivo ao ar livre, 627 em regime extensivo e 3291 animais sem regime de exploração definido. O número de total de bovinos era de 30320, o de caprinos de 1078 e de 2653 ovinos.
- u) a execução do biénio 2023-2024 para o projeto: Sem informação para poder ser aferida qualquer execução.

Indicador(es) de Referência:

- Número de hectares com gestão de combustível efetuada com recurso ao pastoreio extensivo;
- Número de bovinos, ovinos e caprinos apoiados;
- Número de bovinos, ovinos e caprinos de raça autóctone apoiados;
- Número de pastores formados;
- Número de Jovens Agricultores instalados com projetos de investimento em pastoreio extensivo;
- Número de detentores do estatuto de agricultura familiar com projetos de investimento em pastoreio extensivo.

Outros Indicadores de Execução:

Não identificados.

Valores de Referência:

- Investimento Total: 2.540.000,00 Euros
- Investimento Anual: 423.333,33 Euros
- Custo Total/hectare: 5.080,00 Euros/ha
- Custo Anual/hectare: 846 Euros/ha

Metas:

Número de hectares com gestão de combustível efetuada com recurso ao pastoreio extensivo: 2030: 1157 ha

Número de ovinos e caprinos apoiados: 2030: 2800

Número de projetos apoiados: 2030: 5

Fontes de informação

As principais fontes de informação utilizadas na elaboração desta ficha de projeto, foram dados fornecidos pela DRAPC, pelo IFAP.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

1.2.2.4 DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL

2.1.1.1 ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM

2.2.1.3 GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA

2.2.1.4 ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

2.2.1.5 PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR

2.2.1.6 GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS

2.3.1.2 GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS

4.4.1.3 IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO DO SGIFR

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

Constata-se uma reduzida capacidade de efetivos de raças autóctones disponíveis para implementação dos projetos, como tal deve ser feita uma avaliação rigorosa, no sentido de alavancar os projetos com potencial de instalação e produção, de modo que estes possam posteriormente funcionar como sementões de outros projetos de segunda linha.

Em resultado do despovoamento do interior e das áreas onde tradicionalmente o pastoreio era uma atividade importante, está-se a perder o conhecimento adquirido ao longo dos anos, sem que existam localmente pessoas a quem ele possa ser delegado.

No entanto, é cada vez mais recorrente a procura desta atividade por parte de pessoas que nunca tiveram uma ligação ao campo, mas que pelo facto de se sentirem atraídos por um tipo de vida menos stressante, a procuram cada vez mais. Apesar destas pessoas estarem muito motivadas, elas encontram-se completamente descapacitadas para desenvolverem estas atividades, sendo por isso necessário recorrer a formas mais expeditas de transmissão de conhecimento, daquilo que são as boas práticas inerentes ao sucesso da atividade silvopastoril.

Neste sentido, é necessário então avaliar a possibilidade de incluir o IEFP e o POISE como fontes de financiamento para a escola de pastores.

Deve-se ter ainda em consideração as particularidades culturais associadas ao pastoreio em cada Município, devendo a inclusão de mais raças ser avaliada de acordo com as especificidades das mesmas, considerando que as métricas de avaliação da gestão de combustível, devem ser simples de modo a aferir com facilidade os rendimentos de gestão de combustíveis.

Deverá ter-se em atenção que o valor apurado por hectare associado à gestão de combustíveis (846 Euros), foi calculado considerando o período até 2030 (6 anos). No entanto o investimento aplicado neste projeto, prolongar-se-á por muito mais tempo, o que se traduzirá numa redução significativa do custo por hectare. A título de exemplo, se consideramos um período de 20 anos para cada um dos projetos apoiados, o custo por hectare baixará para 254Euros/ha.

2.2.1.9 | Uso do fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 2 Cuidar dos Espaços Rurais
Objetivo estratégico: 2.2 Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem
Programa: 2.2.1 Executar o programa Plurianual de Gestão de Combustível
Projeto: 2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 4 Gestão de Combustível
Responsável: ICNF
Trio: AFBV, OFA, ANEPC, CIM, GNR
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Com este projeto pretende-se dinamizar a técnica de fogo controlado em territórios sem história ou baixa execução, sobretudo em áreas de perigosidade alta e muito alta e em áreas com potencial para grandes incêndios. As ações que o materializam vão também alargar a utilização de fogo controlado em sub-coberto florestal, em particular povoamentos de pinheiro-bravo.

Foram planeadas 2 ações para a Região de Aveiro para cumprir cada um dos objetivos propostos.

Ação tipo 1: eventos anuais com a participação de técnicos de fogo controlado, gestores florestais e presidentes dos baldios, com aplicação da técnica de fogo controlado em Sub -coberto de pinhal.

Ação tipo 2: eventos anuais de simulação de incêndio rural com utilização de fogo técnico e exemplificação de manobras com uso de fogo de supressão.

Situação de Referência:

v) a situação de referência t0 para o projeto dezembro 2023: 0 ha executados

w) a execução do biénio 2022-2023 para o projeto: 0 ha executados

Indicador de Referência:

- Nº hectares de fogo controlado realizados
- Implementação das ações de comunicação e informação estratégica à comunidade e setores;
- Nº hectares de fogo controlado realizados em sub-coberto de povoamentos e em bastios de pinheiro-bravo;
- Proporção de fogos de gestão nos incêndios rurais (nº e área). **(Aplicar após a publicação do regulamento do Fogo de Gestão);**
- Nº de ações de treino com fogo controlado realizadas em larga escala com a participação de intervenientes e agentes do SGIFR.

Outros Indicadores de Execução:

Não identificados.

Valores de Referência:

Considerou-se como valor de referência para cada ação 1000 €, associadas a custos logísticos da operação.

Metas:

- 2024-2030: 2 ações/ano de promoção e dinamização da técnica do fogo controlado, na Região de Aveiro.
- 2024-2030: 1% de incêndios rurais com procedimentos de fogos de gestão, com acréscimo de 1 % ao ano até 2030 (6%), **(Aplicar após a publicação do regulamento do Fogo de Gestão).**
- 30 ha de área anual tratada com fogo controlado em matos e 15 ha em sub-coberto pinheiro-bravo.
- 2 ações/ano de treino com fogo controlado realizadas.

Fontes de informação

ICNF, 2023

Outros projetos correlacionados a nível regional:

- 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
- 3.1.1.1 Regulamentar e implementar o uso do fogo
- 4.3.2.4 Definição de critérios para classificação como fogo de gestão
- 4.4.2.1 Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)
Observações:

2.2.2.1 Promover processos de compostagem

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 2 Cuidar dos Espaços Rurais
Objetivo estratégico: 2.2. Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem
Programa: 2.2.2. Alterar o processo de eliminação e promover o reaproveitamento de sobrantes
Projeto: 2.2.2.1 Promover processos de compostagem
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: Cluster 5 Valorização de biomassa
Responsável: CIM
Trio: ICNF, DRAPC, AFBV, OFA, AU
Técnico de contacto: David Deveza CIM david.deveza@regiaodeaveiro.pt 912374288

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

A construção da ficha tem como base o racional da ficha a nível regional, que coube a cada CIM da Região Centro, 166.000 €.

Situação de Referência:

- x) a situação de referência t0 para o projeto: na
- y) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: 0
- z) Alguns municípios (Ovar e Oliveira do Bairro) já têm projetos aprovados para a recolha de biorresíduos.

Indicador(es) de Referência:

- Nº de autarquias com iniciativas de compostagem em vigor:
 - Nº Queimas vs agricultores aderentes ao programa de compostagem
- Redução de número de ignições nas freguesias aderentes

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

O investimento acumulado é estimado para uma recolha em todos os municípios é na ordem dos 7 milhões de Euros (20 €/hab.). Este esforço financeiro é visto numa perspetiva de médio e longo e prazo, sendo difícil a sua rentabilização económica (VAL) em quase todos os municípios. A alternativa é considerar a diluição de custos com os indiferenciados, e a integração da recolha seletiva de biorresíduos na atual concessão de serviços de recolha de indiferenciados, prática corrente na maioria dos municípios.

Metas:

2030: 60% das autarquias com programas de compostagem
2030: 40% de redução do número de queimas devido ao programa de compostagem
2030: 100% das autarquias em áreas prioritárias com programas de compostagem

Fontes de informação

Estudo preliminar para o desenvolvimento de sistemas de recolha de biorresíduos

Outros projetos correlacionados a nível regional:

3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

2.2.2.2 Promover geração de energia à escala local com base em biomassa de sobranes e matos

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 2 Cuidar dos espaços rurais
Objetivo estratégico: 2.2 Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem
Programa: 2.2.2 Alterar o processo de eliminação e promover o reaproveitamento de sobranes
Projeto: 2.2.2.2 Promover geração de energia à escala local com base em biomassa de sobranes e matos
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 5 Valorização de biomassa
Responsável: ICNF, DGEG
Trio: CIRA
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) afirma-se como o principal instrumento de política energética e climática para a década 2021-2030, tentando trilhar um caminho rumo a um futuro neutro em carbono. Este plano surge no seguimento das obrigações estabelecidas pelo Regulamento da Governação da União da Energia e da Ação Climática, o qual prevê que todos os Estados-membros elaborem e apresentem à Comissão Europeia os seus planos integrados em matéria de energia e de clima.

O PNEC contempla uma caracterização da situação atual em Portugal em matéria de Energia e Clima ao nível da descarbonização, eficiência energética, segurança de abastecimento, mercado interno da energia e investigação, inovação e competitividade, assim como as principais linhas de atuação planeadas para o cumprimento dos diferentes compromissos. Estabelece ainda metas nacionais ambiciosas em termos de redução de emissões de gases com efeito de estufa, incorporação de energias renováveis, eficiência energética e interligações e concretiza as políticas e medidas para as alcançar (Fonte: APA).

O PNEC 2030 considera várias linhas de atuação entre as quais a 3.7., com a qual se pretende fomentar um aproveitamento da biomassa para usos energéticos.

Esta linha de atuação considera várias medidas de ação com as quais se pretende fomentar um melhor aproveitamento da biomassa para usos energéticos, nomeadamente:

- Medida Ação 3.7.1. Promover a geração de energia à escala local com base em biomassa, medida esta que pretende apoiar a instalação de pequenas centrais térmicas descentralizadas e de menor dimensão que não têm tantas exigências em termos de disponibilidade de biomassa, nem colocam tanta pressão no sistema energético, promovendo assim a substituição de combustíveis fósseis e a descarbonização dos consumos em vários setores. Esta ação será desenvolvida com base nos resultados de um estudo sobre o estabelecimento de uma rede de pequenas centrais de valorização de biomassa.

- Medida de Ação 3.7.2. Promover e apoiar a disseminação de centros para recolha, armazenamento e disponibilização de biomassa a nível municipal ou intermunicipal. Estes centros permitirão a otimização dos processos de recolha e receção de biomassa, disponibilizando recursos que podem ser aproveitados e valorizados numa vertente energética local.

- Medida de Ação 3.7.3. Promover ações de informação e sensibilização. Estas ações têm como objetivos o desenvolvimento de um dossier pedagógico para a formação profissional com o objetivo de melhorar e otimizar a recolha e transformação da biomassa florestal residual, assim como a produção de um manual de boas práticas para o aproveitamento da biomassa florestal e folhetos de divulgação e informação de potenciais usos da biomassa, assim como dos diversos tipos de equipamentos disponíveis (Fonte: PNEC 2030).

Tendo em consideração o objetivo estabelecido para o setor do aquecimento e arrefecimento, nomeadamente o do aumento da incorporação de renováveis, a utilização de biomassa enquanto importante recurso endógeno será uma das soluções para criação de mais valor no setor florestal em resultado da valorização energética que representa (Fonte: PNEC 2030).

Neste sentido, e com o intuito de promover a geração de energia a partir de biomassa ao nível local, com o apoio dos Municípios, para reaproveitamento das sobras orgânicas da exploração, de desbastes, e gestão de combustível e reduzindo o risco de incêndio, assim como também de incentivar os municípios, as freguesias e as organizações de produtores podem desenvolver métodos alternativos de eliminação e tratamento de sobrantes em detrimento da realização de queimas e queimadas, procedeu-se à análise do potencial de biomassa disponível na Região de Aveiro, de modo a ser possível apresentar uma proposta de localização para as centrais de biomassa.

Os principais constrangimentos identificados no desenvolvimento deste trabalho, resultam principalmente da grande dificuldade de recolha de informação acerca da biomassa disponível, o que reforça a necessidade e a urgência do estudo sobre o modelo de execução, adesão esperada, viabilidade, gestão sustentável da biomassa florestal residual e impacto da promoção da geração de energia com base em biomassa à escala local. Por outro lado, em resultado das especificidades da instalação e dos equipamentos, há uma dificuldade acrescida na escolha do local, uma vez que nem todos os edifícios onde seria vantajosa a instalação destas centrais, reúnem condições para o fazer. Por último, a necessidade de identificação dos principais interlocutores e definição de contratos de prestação de serviços de modo a garantir um aporte contínuo de biomassa às centrais, de acordo com as especificações de utilização ideais.

De modo a conseguir-se apontar uma localização para as centrais, assim como qual o número de centrais a instalar para o qual haveria sustentabilidade, começou-se por tentar identificar quais as principais fontes de biomassa florestal, quais os tipos de atividades florestais que serão potencialmente geradoras de resíduos que possam ser considerados, assim com a determinação das cargas de combustíveis disponíveis no território para ser utilizada como biomassa, conseguindo-se assim indicar a melhor localização.

Da análise realizada, considerou-se que as principais fontes de biomassa seriam as operações de gestão de combustíveis na rede secundária, rede primária, mosaicos, assim como como biomassa resultante de cortes rasos, desbastes ou operações de desramação.

Consideraram-se como principais fontes de biomassa, as espécies das áreas identificadas na COS2018 como tendo uma ocupação de Matos, Eucalipto, Pinhal e Invasoras Lenhosas (Acácia sp.).

Com base na análise da localização potencial das fontes de biomassa, foram testadas localizações para as 2 centrais de modo a poder ter-se a maior cobertura do território possível considerando um raio de 20km para a recolha da biomassa a aportar a cada central, tendo em consideração que este raio será aquele que permitirá a recolha da biomassa ser a mais rentável.

Situação de Referência:

- a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2022: Não existia à data nenhuma central desta tipologia instalada na Sub-região de Aveiro.
- a execução do biénio 2024-2025 para o projeto: estudo para a instalação de 2 centrais na Sub-Região de Aveiro.

Indicador(es) de Referência: - Número de projetos de geração de energia local implementados; - Percentagem de sobrantes eliminados através da geração de energia (centrais e caldeiras de biomassa) local.
Outros Indicadores de Execução: Não identificados.
Valores de Referência: As cargas de combustíveis consideradas para efeitos de estimativa da biomassa disponível foram as seguintes: - Matos – 4ton/ha (Cruz, M.G. 2005); - Eucaliptal – 19ton/ha (Cruz, M.G. 2005); - Pinhal – 25ton/ha (Scott & Burgan. 2005); - Invasoras – 4ton/ha (aproximação a matos). A área total disponível com estas ocupações do solo representa um total de 83 091ha, a qual se traduz num potencial de biomassa disponível de 1 625 036toneladas. Realizou-se ainda uma estimativa da biomassa disponível resultante exclusivamente das operações de gestão de combustíveis nas faixas da rede primária, rede secundária e mosaicos a qual corresponde a 10% destes espaços, o que perfaz 162 503 toneladas do total de biomassa disponível. Valor unitário central de biomassa 1.000.000,00€ definido com base no orçamento disponível no PNA extrapolando para o valor unitário.
Metas: 2030: Implementação de 2 Unidades de Geração de Energia.
Fontes de informação DGT - Carta de Ocupação do Solo 2018 (COS2018) Cruz, M.G. 2005. Scott & Burgan. 2005. DGE PNEC2030 APA
Outros projetos correlacionados a nível regional: 3.2.1.2 COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE
Cartografia correlata: Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso) Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso) Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)
Observações: A análise produzida para estimar o potencial de biomassa foi desenvolvido pela equipa do NCSr Aveiro, devendo ser revisto quando disponibilização do estudo. No entanto para o objetivo, considera-se que o exercício desenvolvido tem sustentação científica o qual sustenta a consolidação das propostas apresentadas. A proposta de localização das centrais de biomassa tem já em consideração a existência de 1 potencial utilizador de biomassa, tendo sido considerado um raio de abrangência idêntico (20km), nomeadamente da Central de Biomassa de Cacia. Com base numa prospeção realizada a alguns operadores florestais, foi considerado para efeitos de estimativa do valor de biomassa disponível um valor de 18Euros + IVA por tonelada de biomassa.

2.3.1.1 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 2. Cuidar dos espaços rurais
Objetivo estratégico: 2.3 Aumentar a eficácia da proteção das +populações e do território edificado
Programa: 2.3.1 Apoiar a implementação dos programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas
Projeto: 2.3.1.1 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: n.º 6 Proteção de pessoas e bens
Responsável: GNR
Trio: AGIF, ICNF, CIM, REN
Técnico de contacto: Inscreva aqui o contacto técnico

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Inscrever aqui pressupostos, entregáveis

Situação de Referência:

aa) a situação de referência t0 para o projeto: na

bb) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: **inscrever aqui a execução deste biénio**

Indicador(es) de Referência:

- Número de situações a rever, identificadas por PSA
- Nº de situações monitorizadas/sinalizadas
- Nº total de ações de fiscalização em freguesias prioritárias
- Taxa de cumprimento voluntário sobre o monitorizado
- Nº de autos

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

1. **Viaturas**

- a) $(4 \text{ NPA} + 1 \text{ SSEPNA}) \times (40000\text{€}) \times 2 = 800000\text{€}$
- b) Adquirir viaturas em 2023 e 2028

2. **Kit Mala SEPNA Digital**

- a) $(4 \times 2 \text{ NPA} + 1 \text{ SSEPNA}) \times (\text{custo Kit Mala SEPNA } 3333,3\text{€}) \times 2 = (9 \times 3333,3\text{€}) \times 2 = 59999,4\text{€}$
- b) Adquirir material informático em 2023 e 2028
- c) Custo PC e Mala Transporte e Impressora

3. Custo patrulha: 290€

Metas:

22-30: 30% de situações a rever, identificadas por PSA

Fiscalização:

22-30: 100% Taxa de cobertura nas freguesias prioritárias (Situações sinalizadas (N))

22-30: 100% Situações fiscalizadas (N situações sinalizadas)

22-30: 70% Taxa de cumprimento voluntário (N situações sinalizadas)

22-30: 30% Nº de autos por tipologia (N situações sinalizadas)

•

Fontes de informação

GNR

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Escrever aqui projetos correlacionados

(ex: .4.1.2.2. Programa e dimensionamento do sistema)

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

2.3.1.2 Gestão de combustível dos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 2 Cuidar dos Espaços Rurais
Objetivo estratégico: 2.3. Aumentar a eficácia da proteção das populações e do território edificado
Programa: 2.3.1. Apoiar a implementação dos programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas
Projeto: 2.3.1.2 Gestão de combustível dos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: Cluster 6 Proteção de pessoas e bens
Responsável: CIM
Trio: ANEPC, ICNF, DRAP, AFBV, OFA
Técnico de contacto: David Deveza CIM david.deveza@regiaodeaveiro.pt 912374288

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Através da cartografia das faixas de gestão de combustível, apurou-se uma capacidade de execução de 10% anualmente, o que poderá levar, até 2030, à execução de 50% das FGC. Tendo em conta que 99% da área a intervencionar é de propriedade privada, poderão surgir dificuldades na execução para alcançar os 50% e as metas inscritas no PNA.

Situação de Referência:

cc) a situação de referência t0 para o projeto: na

dd) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: 0

Indicador(es) de Referência:

- k) De acordo com a execução de FGC dos PMDFCI, em média 5% do planeamento é executado, na qual o responsável de execução é privado
- l) Após a indicação dos municípios apurou-se cerca de 18 potenciais condomínios aldeia.

Outros Indicadores de Execução:

Escrever aqui outros indicadores de execução que se entendam interessantes

(Ex: Percentagem de execução dos projetos inscritos em programa de ação)

Valores de Referência:

Estima-se que os valores de limpeza de faixas de gestão de combustível de 1000€

Os valores para condomínios aldeia estima-se nos 50.000€

Metas:

- 2030: 90% de execução na envolvente de áreas edificadas
- 2030: 80% aglomerados rurais com gestão de combustível
- 2030: 18 condomínios aldeia

Fontes de informação

PRA

Cartografia do PSA

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Escrever aqui projetos correlacionados

(ex: .4.1.2.2. Programa e dimensionamento do sistema)

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Observações: Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

2.3.1.4 Programa “ Aldeia Segura Pessoas seguras ”

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 1 Cuidar dos espaços rurais
Objetivo estratégico: 2.3 Aumentar a eficácia da proteção das populações e do território edificado
Programa: 2.3.1 Apoiar a implementação dos programas de autoproteção de pessoas e de infraestruturas.
Projeto: 2.3.1.4 Programa “ Aldeia Segura Pessoas seguras ”
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 6 Proteção de Pessoas e Bens
Responsável: ANEPC/Municípios
Trio: ANEPC, CIRA, GNR, ICNF, DGT, OPF, Produtores Agrícolas
Técnico de contacto: Margarida Guedes ANEPC margarida.guedes@rprociv.pt 234403740

Responsáveis em PSA:

Sub-Região Aveiro: Ricardo Fradique | ANEPC 2cosrepc.Rave@prociv.pt | 234403740

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Incrementar a segurança e autoproteção das pessoas e infraestruturas, reduzir os danos pessoais e dos bens e prevenir e reduzir os comportamentos de risco com o uso do fogo. Perceber e reconhecer o risco e as ações de proteção perante a aproximação do IR.

Situação de Referência:

ee) a situação de referência t0 para o projeto: 7 aglomerados na RA

ff) a execução do biénio 2023-2024 para o projeto: **3 aglomerados**

Indicador(es) de Referência:

Número total de aglomerados rurais abrangidos pelos programas; Percentagem de aglomerados rurais com ações dos níveis de atuação previstos nos programas – indicação de OS; com locais de abrigo/refúgio; com sinalética e plano de evacuação/confinamento, com realização de exercícios.

Outros Indicadores de Execução:

Escrever aqui outros indicadores de execução que se entendam interessantes

(Ex: Percentagem de execução dos projetos inscritos em programa de ação)

Valores de Referência:

Na CIRA há 7 aglomerados executados (4 em Albergaria-a-Velha, 2 em Águeda e 1 em Anadia). Em perspetiva, para 2025, mais 1 em Albergaria, 3 em Águeda, 1 em Anadia e 1 em Sever do Vouga.

Metas:

- 90% dos aglomerados situados nas APPS ou Freguesias prioritárias;
- 90% dos aglomerados nas APPS com Oficial de Segurança (OS);
- 80% dos aglomerados com locais de A/R identificados;
- 80% dos aglomerados com planos de evacuação;
- 80% dos aglomerados com realização de simulacros

Fontes de informação

RCM 157-A/2017, de 21 de outubro (ASPS)

Freguesias prioritárias 2024 (Despacho n.º 2171/2024) de 27 de fevereiro, Portaria n.º 301/2020 (Territórios vulneráveis)

PNA, PRA PSA

Outros projetos correlacionados a nível regional:

2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas

3.2.1.1 Comunicação integrada para o risco

3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade

4.1.1.1 Cartografia de risco

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

2.3.1.7 Construção e manutenção das redes de defesa intermunicipais (rede viária florestal e redes de pontos de água)

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: OE2 CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS
Objetivo estratégico: 2.3. Aumentar a eficácia da proteção das populações e do território edificado
Programa: 2.3.1. Apoiar a implementação dos programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas
Projeto: 2.3.1.7 Construção e manutenção das redes de defesa intermunicipais (rede viária florestal e redes de pontos de água)
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☒
Cluster: Cluster 4 Gestão de combustíveis
Responsável: CIM
Trio: ICNF, AFBV, Municípios, GNR-UEPS
Técnico de contacto: David Deveza CIM david.deveza@regiaodeaveiro.pt 912374288

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

A construção da ficha teve como base os PMDFCI dos municípios, na qual expressaram a intenção de construção e manutenção dos pontos de água e também da rede viária florestal.

Situação de Referência:

gg) a situação de referência t0 para o projeto: na

hh) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: 0

Indicador(es) de Referência:

- Construção e manutenção de rede viária florestal – KM
- Construção e manutenção de rede de pontos de água - Nº

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

Construção e manutenção de rede de pontos de água: 961 000 €

Construção e manutenção de rede viária florestal: 1 996 000€

Total: 2 957 000 €

Metas:

- Construção e manutenção de rede viária florestal – KM – 1996 KM
- Construção de pontos de água - 10
- Manutenção de pontos de água - 491

Fontes de informação

Caderno II dos PMDFCI-3G dos 11 municípios da Região de Aveiro

Atualizações da cartografia dos municípios

CENTRO2030-2024-27, de 28 de Junho de 2024

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: Modificar comportamentos
Objetivo estratégico: Reduzir as ignições de maior risco
Programa: Reduzir o número e o risco das queimas e queimadas
Projeto: Apoio à população na realização de queimas e queimadas
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: Queimas & Queimadas
Responsável: ICNF
Trio: CIRA, GNR, ANEPC
Técnico de contacto: Joana Carinhas ICNF joana.carinhas@icnf.pt 925 216 097

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

O apoio à população na realização de queimas e queimadas é uma questão sensível e requer uma abordagem cuidadosa devido aos potenciais riscos ambientais e de segurança envolvidos.

A realização de queimas e queimadas está sujeita a regulamentação e regras específicas.

É fundamental que a população esteja ciente da legislação em vigor e sigam as diretrizes estabelecidas pelas autoridades competentes.

A segurança é uma prioridade absoluta ao realizar queimas e queimadas. Isso inclui escolher o local apropriado, garantir que haja recursos adequados para controlar o fogo e tomar medidas para prevenir que o fogo se espalhe para áreas não desejadas. É essencial ter equipamentos de combate a incêndios, como extintores, pás e água, disponíveis durante todo o processo.

As queimas e queimadas podem ter impactos significativos no meio ambiente, especialmente se não forem realizadas de forma responsável. É importante educar a população sobre os potenciais danos à biodiversidade, qualidade do ar e recursos naturais associados a essas práticas.

Quando as queimas e queimadas são permitidas, é fundamental que haja supervisão adequada para garantir que tudo seja realizado de maneira segura e conforme as regulamentações. Isso pode envolver o envolvimento de bombeiros locais, equipes de proteção ambiental ou outros profissionais qualificados.

Disponibilizar informações claras e acessíveis sobre as diretrizes para realizar queimas e queimadas de forma segura é essencial. Isso pode incluir campanhas de conscientização pública, materiais educativos e treinamento para comunidades locais.

Em resumo, apoiar a população na realização de queimas e queimadas requer uma abordagem equilibrada que leve em consideração a segurança, regulamentações legais, impactos ambientais e alternativas sustentáveis.

Da análise da ficha de projeto 3.1.1.2 “Apoio à população na realização de queimas e queimas”, verifica-se uma relação direta entre as queimas e queimadas realizadas pela população e o número de incêndios rurais, o que provém da realização incorreta das mesmas.

Assumem-se como objetivos:

- Sensibilizar a população através da disponibilização de informação útil e redução de comportamentos de risco nas queimas e queimadas;
- Reduzir o número de queimas e queimadas não autorizadas;
- Reduzir o número de acidentes em queimas e queimadas através do apoio das entidades locais;
- Reduzir a área ardida resultante de queimas e queimadas.

Situação de Referência:

- 64450 pedidos para a realização de queima de amontoados registados (2022-2023)
- 19 pedidos para a realização de queimadas registados (2022-2023)
- 48% das ocorrências dos últimos 10 anos possuem como causa uso do fogo (queimas e queimadas)

Ano	Naturais Queda de raios (%)	Acidentais Transportes e comunicações (%)	Acidentais Uso de maquinaria (%)	Uso do fogo Queimadas para gestão de pasto (%)	Uso do fogo Queimadas de sobantes florestais ou agrícolas (%)	Uso do fogo Queimadas de amontoados de sobantes florestais ou agrícolas (%)	Uso do fogo Queimadas de lão (%)	Uso do fogo Realização de fogueiras (%)	Incendiarismo Indivíduos imputáveis (%)	Reacendimentos de incêndios (%)	Outras causas apuradas (%)	Incêndios investigados (n.º)	Investigações conclusivas (n.º)	Link para gráfico de causas
2012	1	1	2	38	16	4	1	0	25	4	8	907	688	(gráfico)
2013	4	2	7	26	10	4	0	1	32	7	7	690	518	(gráfico)
2014	3	3	6	23	15	6	1	3	30	5	5	463	353	(gráfico)
2015	6	5	4	25	20	7	1	0	18	8	6	674	482	(gráfico)
2016	4	5	4	25	10	5	1	1	29	8	8	485	356	(gráfico)
2017	1	6	6	22	19	5	0	2	23	7	9	754	557	(gráfico)
2018	9	5	3	13	27	16	0	1	15	5	6	361	293	(gráfico)
2019	10	7	5	9	14	7	1	1	31	2	13	456	351	(gráfico)
2020	6	7	4	16	20	5	0	1	29	3	9	371	301	(gráfico)
2021	10	8	6	10	24	9	0	1	24	1	7	272	226	(gráfico)
2022	9	8	3	12	17	10	1	0	28	2	10	433	357	(gráfico)
2012-2021	5	4	5	23	17	6	1	1	26	5	8	543	413	(gráfico)

Indicador(es) de Referência:

- Repositório de informação relativa à realização de queimas e queimadas (meios digitais e físicos)
- Nº de pedidos de autorização/comunicação para a realização de queimas e queimadas
- Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas
- Nº de queimas e queimadas apoiadas
- Nº de acidentes em queimas e queimadas
- % Municípios aderentes à Plataforma das Queimas e Queimadas, operada pelo ICNF I.P.

Outros Indicadores de Execução:

Não identificados.

Valores de Referência:

Não identificados.

Metas:

- Aumento dos pedidos de autorização para a realização de queimas e queimadas
- 100% de resposta aos pedidos de autorização/ comunicações para a realização de queimas e queimadas
- 2030: 100% dos pedidos de esclarecimento prestados todos os anos
- 2030: < de 1 pessoa/ano acidentada como grave em queimas e queimadas por ano

Fontes de informação

ICNF, IP.

Outros projetos correlacionados a nível regional:

- 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
- 2.2.2.1 Promover processos de compostagem
- 2.2.2.2 Promover geração de energia à escala local com base em biomassa
- 2.3.1.4 Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”
- 3.1.1.1 Regulamentar e promover o uso do fogo
- 3.2.1.1 Comunicação integrada para o risco
- 3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade
- 4.1.1.3 Plataforma com produtos e serviços meteorológicos para incorporação na análise de risco
- 4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e locais críticos

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 3. Modificar Comportamentos
Objetivo estratégico: 3.1 Reduzir as Ignições de Maior Risco
Programa: 3.1.2 Reforçar a Capacidade de Vigilância e Dissuasão
Projeto3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e locais críticos
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: Inscreva aqui o cluster (ex: 11 Normas de Programação)
Responsável: GNR
Trio: ICNF, PSP
Técnico de contacto: Inscreva aqui o contacto técnico

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Calendário integrado de ações de vigilância

Situação de Referência:

ii) a situação de referência t0 para o projeto: na

jj) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: **inscrever aqui a execução deste biénio**

Indicador(es) de Referência:

- N.º de ações de vigilância em dias de alto risco (FWI muito alto e extremo) em áreas críticas vs. N.º de ignições verificadas.

- Grau de cobertura do território a vigiar nas áreas críticas (art.º 41.º e 42.º do SGIFR) e nos períodos de estado de alerta especial

Outros Indicadores de Execução:

Escrever aqui outros indicadores de execução que se entendam interessantes

(Ex: Percentagem de execução dos projetos inscritos em programa de ação)

Valores de Referência:

Escrever aqui valores de referência, necessários à boa compreensão dos valores inscritos na ficha de projeto

Metas:

22-30: 60% de cobertura do território das freguesias prioritárias

22-30: - 5% das ignições verificadas

22-30: 8 simulacros

22-30: 8 planos de coordenação de vigilância

•

Fontes de informação

GNR/SIIOPA

Outros projetos correlacionados a nível regional:

3.1.2.3 Rede de vigilância e deteção de incêndios

- Melhor cobertura de ângulos mortos, foco e redundância positiva nas áreas críticas.

1.1.1.1 Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS)

- Uso de LIDAR para medição de fitovolume.

2.3.1.1 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados

- Apoio no processo de monitorização e fiscalização.

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

3.1.2.2 Presença das forças armadas nas áreas críticas

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 3. Modificar Comportamentos
Objetivo estratégico: 3.1 Reduzir as Ignições de Maior Risco
Programa: 3.1.2 Reforçar a capacidade de vigilância e dissuasão
Projeto: 3.1.2.2 Presença das forças armadas nas áreas críticas
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: nº 8- Vigilância
Responsável: FFAA
Trio: PJ, ICNF,PSP, ANEPC, AGIF
Técnico de contacto: SAj, Marco Monteiro, GNR/SEPNA

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Conhecer as causas para melhor mitigar o fenómeno, pretende-se, aos vários níveis territoriais, identificar as principais causas de incêndio e monitorizar a evolução dos incêndios por causa.

Situação de Referência:

kk) 2020 – **Presença das FFAA em 40%** (atualmente coberta pelo **Protocolo Faunos**)

ll) 2021 – incrementar 5% anualmente até 2028 atingindo o **seu expoente máximo em 2030**

Indicador(es) de Referência:

- m) Número de incêndios por causa
- n) Variação do numero de incêndios por causa
- o) Número de causas determinadas por incêndio investigados

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

- Encargos operação Protocolo FAUNOS - 1,4 M€/ano (Gestão ICNF)
- Encargos operação Plano HEFESTO - 1,6 M€/ano (Gestão ANEPC)

Metas:

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano
Número de ações de vigilância	80%	2028
Área abrangida por ações de vigilância		
Número de incêndios rurais em áreas sob vigilância	<5%	2030

Fontes de informação

FFAA

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

3.1.2.3 Rede de Vigilância e Detecção de Incêndios

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 3. Modificar Comportamentos
Objetivo estratégico: 3.1 Reduzir as Ignições de Maior Risco
Programa: 3.1.2 Reforçar a Capacidade de Vigilância e Dissuasão
Projeto: 3.1.2.3 Rede de Vigilância e Detecção de Incêndios
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: nº 8- Vigilância
Responsável: GNR
Trio: CIM; Municípios
Técnico de contacto: SAj, Marco Monteiro, GNR/SEPNA

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Avaliar e implementar de forma integrada sistemas de vigilância inovadores (terrestres e aéreos) que respondam à necessidade da cobertura do território, fiabilidade e eficiência, integrando soluções e diferentes entidades, incluindo privados, que permitam a melhoria da capacidade de resposta às necessidades de prevenção, combate e controlo de incêndios em Portugal reduzindo o número de comportamentos de risco.

Integração na vigilância de áreas críticas melhorando a eficiência na identificação de riscos.

Redução do tempo de deteção e comunicação para despacho.

Melhoria da capacidade de resposta e combate a fogos rurais.

Situação de Referência:

mm) a situação de referência t0 para o projeto: na

nn) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: **inscrever aqui a execução deste biénio**

Indicador(es) de Referência:

- p) Número de alertas por tipo de dispositivo.
- q) Proporção de deteções por RVDI e entidades com missões de vigilância.
- r) Taxa de erro de deteção.
- s) % do território vigiado pela RVDI.
- t) % de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional.

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

Valor calculado tendo por base o valor do salário mínimo nacional em 2022 (€705,00).

Aquisição de equipamento adequado ao cumprimento das missões de vigilância, alargando a sua capacidade de deteção de ignições, comportamentos de risco e comportamentos suspeitos, no espaço e no tempo

Metas:

- 2030: 100% do território com sistema de vigilância eficiente:
- 2022: 5% da RVDI com sistema integrado vigilância.
- 2024: 50% da RVDI com sistema integrado de vigilância.
- 2030: % de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional.

Fontes de informação

GNR

Outros projetos correlacionados a nível regional:

3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e locais críticos

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações: Este Projeto pertence à fase de Pré-Supressão da Cadeia de processos do SGIFR visando a modificação de comportamentos através da Cobertura de vigilância nas áreas críticas. As ações vigilância e deteção e coordenação da vigilância desenvolvem-se no âmbito das missões atribuídas à Guarda Nacional Republicana

3.1.3.3 Investigação e determinação das causas dos incêndio rurais

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 3. Modificar Comportamentos
Objetivo estratégico: 3.1 Reduzir as Ignições de Maior Risco
Programa: 3.1.3 Rever o enquadramento para os comportamentos de risco
Projeto: 3.1.3.3 Investigação e determinação das causas dos incêndio rurais
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: nº 8- Vigilância
Responsável: GNR
Trio: PJ, ICNF,PSP, ANEPC, AGIF
Técnico de contacto: SAj, Marco Monteiro, GNR/SEPNA

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Conhecer as causas para melhor mitigar o fenómeno, pretende-se, aos vários níveis territoriais, identificar as principais causas de incêndio e monitorizar a evolução dos incêndios por causa.

Situação de Referência:

oo) a situação de referência t0 para o projeto: na

pp) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: **inscrever aqui a execução deste biénio**

Indicador(es) de Referência:

- u) Número de incêndios por causa
- v) Variação do numero de incêndios por causa
- w) Número de causas determinadas por incêndio investigados

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

37 285,92€ +26 035,83€ = 63 321,75€ em formação e reciclagem de recursos humanos
3000€ em recursos tecnicos

Metas:

- a) 22-30: 100% Taxa da investigação das causas de incêndio em ocorrências => 1ha
- b) 22-30: 80% Taxa de investigação conclusiva
- c) 22-30: 100% Taxa de elementos que executam a investigação e determinação de causas de incêndios rurais com capacitação e atualização de conhecimentos

Fontes de informação

GNR

Outros projetos correlacionados a nível regional:

3.1.3.1

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações: identificar as principais causas de incêndio da região e monitorizar a evolução dos incêndios por causa.

3.2.1.1 Comunicação Integrada para o risco

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 3. Modificar Comportamentos
Objetivo estratégico: 3.2 Especializar a comunicação de risco: Melhorar a perceção do risco e adoção das melhores práticas.
Programa: 3.2.1 Comunicar para o risco: Portugal Chama
Projeto: 3.2.1.1 Comunicação Integrada para o risco
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: 9 Comunicação e Educação
Responsável: AGIF
Trio: ICNF; ANEPC; GNR, CM Estarreja, CM Oliveira do Bairro
Técnico de contacto: João Quadrado AGIF joao.quadrado@agif.pt

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Ao nível regional as sub-regiões efetuam em 2022 um levantamento de todas as ações desenvolvidas pelas várias entidades do Sistema, que têm como responsabilidade comunicar e envolver as comunidades locais num esforço de redução de ignições e exposição ao risco.

Os resultados obtidos neste processo de monitorização que se concretiza no levantamento (a ser efetuado no último trimestre de 2022) do número de ações de comunicação /sensibilização com o respetivo levantamento de número de indivíduos impactados, será adotado como baseline para a meta nos anos seguintes.

Através do entregável “Barómetro”, com carácter bianual realizado em 2023,”, no qual será avaliado o grau de perceção de risco e o grau de adoção de melhores práticas, serão obtidos os resultados dos indicadores de referência, que podem estar sujeitos a uma revisão anual.

Situação de Referência:

qq) Número de iniciativas de comunicação realizadas na região

rr) Número de pessoas impactadas pelas iniciativas da região

ss) Variação do n.º ocorrências com causa por negligência, face ao n.º de causas determinadas

Indicador(es) de Referência:

- x) Estudo de impacto (Barómetro):
- y) % do grau de perceção do risco baseline 2023
- z) % de grau de adoção de melhores práticas baseline 2023

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

Sem orçamento

Metas:

- d) 22-30: 100% Taxa da investigação das causas de incêndio em ocorrências => 1ha
- e) 22-30: 80% Taxa de investigação conclusiva
- f) 22-30: 100% Taxa de elementos que executam a investigação e determinação de causas de incêndios rurais com capacitação e atualização de conhecimentos

Fontes de informação

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 3 Modificar Comportamentos
Objetivo estratégico: 3.2 Especializar a comunicação de risco: Melhorar a perceção do risco e adoção das melhores práticas
Programa: 3.2.1 Comunicar para o risco: Portugal Chama
Projeto: 3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: Cluster 9 Comunicação & educação
Responsável: CIM
Trio: GNR, ICNF, ANEPC, CM Estarreja, CM Ílhavo
Técnico de contacto: David Deveza CIRA david.deveza@regiaodeaveiro.pt 912374288

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

De acordo com os indicadores do SGIF o nº de sensibilizações da Região de Aveiro é suficiente e por isso com a verba atribuída de 250.000€ do programa regional de ação, o montante servirá para apoiar as sensibilizações existentes na Região de Aveiro.

Situação de Referência:

tt) a situação de referência t0 para o projeto: na

uu) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: **aproximadamente 50 iniciativas**

Indicador(es) de Referência:

- aa) Número de ações de sensibilização locais
- bb) Número de pessoas sensibilizadas
- cc) Número de ações nas redes sociais
- dd)

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

500.000 EUR

Metas:

- 2020-2030: 80% de alcance nas campanhas direcionadas, todos os anos
- 2020-2030: Ações de sensibilização locais
- 2020-2030: Pessoas sensibilizadas
- 2020-2030: Informações nas páginas oficiais/ redes sociais

Fontes de informação

Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais e histórico dos municípios

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

2.2.1.4

2.2.2.1

2.3.1.2

3.1.1.2

3.2.1.1

4.4.1.3

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações: Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

3.2.1.3 Comunicação das entidades em contexto de Emergência

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 3 Modificar Comportamentos
Objetivo estratégico: 3.2 Especializar a comunicação de risco. Melhorar a perceção do risco e adoção das melhores práticas
Programa: 3.2.1 Comunicar para o risco: Portugal Chama
Projeto: 3.2.1.3 Comunicação das entidades em contexto de Emergência
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 9 Comunicação & Educação
Responsável: ANEPC
Trio: ICNF, GNR, FFAA, Municípios (CIRA)
Técnico de contacto: Margarida Guedes ANEPC margarida.guedes@prociv.pt 234 403 740

Responsáveis em PSA:

Sub-Região Aveiro: Ricardo Fradique | ANEPC 2cosrepc.Rave@prociv.pt | 234 403 740

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Projeto que ao nível regional e sub-regional deve ser implementado em articulação com o nível nacional, mediante as informações específicas emanadas pelas autoridades e executado até ao final de 2024 segundo o PNA.

Situação de Referência:

vv) a situação de referência t0 para o projeto: N/A

ww) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: NA

Indicador(es) de Referência:

Número de representantes institucionais por entidade (APC, SMPC e Autarcas das CM e J. Freg.), com formação para comunicar em contexto de emergência.

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

Estimativa sub-regional – 5 000€

Metas:

- 2027 - 100 % das entidades, APC, SMPC e Autarcas das CM e J. Freg. cujos responsáveis adquirem formação em comunicação em situação de emergência

Fontes de informação

PNA

Outros projetos correlacionados a nível regional:

4.4.1.3 – Implementação e revisão dos planos de formação, rec. e qualificação para entidades do SGIFR

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

3.2.1.4 | Formação dos Órgãos de Comunicação Social (OCS) para comunicação de risco

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 3. Modificar Comportamentos
Objetivo estratégico: 3.2 Especializar a comunicação de risco: Melhorar a perceção do risco e adoção das melhores práticas.
Programa: 3.2.1 Comunicar para o risco: Portugal Chama
Projeto: 3.2.1.4 Formação dos Órgãos de Comunicação Social (OCS) para comunicação de risco
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 9 Comunicação e Educação
Responsável: AGIF
Trio: ICNF, ANEPC, GNR, AFBV, OFA
Técnico de contacto: João Quadrado AGIF joao.quadrado@agif.pt

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

O grande objetivo da formação passa por garantir que a transmissão de informação e mensagens à comunidade sobre comunicação de risco é passada de forma clara e objetiva, sensibilizando sempre para a redução de comportamentos de risco.

Para a realização da Formação dos Órgãos de Comunicação Social torna-se necessário, antes de mais, proceder ao levantamento do número de OCS em cada sub-região para que se possa definir, em consonância, o número de ações a realizar. Logo, o número de ações está diretamente associado à dimensão do território e ao número de OCS existentes na sub-região, e ao número de formandos a definir por sessão.

Cada região tem a incumbência de fazer o levantamento dos órgãos de comunicação a nível regional, sub-regional, local e municipal em 2022, para que este documento sirva de orientação à estruturação e foco das formações. Todos os anos deverá ser revisto este documento.

Situação de Referência:

Indicador(es) de Referência:

ee) % de OCS por região

ff) Número de ações de formação por região

gg) % de profissionais de comunicação formados em comunicação de risco

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

Sem orçamento

Metas:

g) 2022: 10%

h) 2024: 30%

i) 2030: 80%

Assegurar a realização de 1 ação por ano até 2030.

Fontes de informação

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

3.2.2.1 Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 3 Modificar comportamentos
Objetivo estratégico: 3.2 Especializar a comunicação de risco: melhorar a perceção do risco e adoção das melhores práticas
Programa: 3.2.2 Orientar práticas educativas para o risco
Projeto: 3.2.2.1 Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: nº 9 Comunicação e Educação
Responsável: CIM
Trio: Municípios
Técnico de contacto: David Deveza CIRA david.deveza@regiaodeaveiro.pt 912374288

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

O montante apurado para a ficha de projeto teve como referência a informação dos municípios, o investimento realizado por estes em programas de apoio à comunidade escolar e o alinhamento dos valores apurados no PRA CENTRO. Em média, apurou-se que cada município investe 5.000€ por ano em ações de apoio nas escolas. Estimou-se alcançar um determinado número de alunos por escola. Os dados sobre o número de alunos foram recolhidos em <https://infoescolas.medu.pt/> relativamente ao ano escolar de 2019/2020. Verificou-se, ainda, pela informação disponível nos anos seguintes, que a variação do número de alunos não é significativamente relevante.

Situação de Referência:

xx) a situação de referência t0 para o projeto 5000 €

yy) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: 5000€

Indicador(es) de Referência:

- hh) Número de alunos participantes, por ciclo de ensino em iniciativas sobre o tema.
- ii) % de Escolas de escolas do ensino público que desenvolvem iniciativas/projetos em torno das boas práticas nas áreas da prevenção de incêndios, proteção e valorização da floresta e espaços rurais.
- jj) % de Escolas de Escolas com dia dedicado à temática dos fogos rurais/valorização da floresta/espaços rurais.

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

“Foi considerado o valor de 296 782 € correspondentes a 35,8 % dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, em relação ao total nacional; estão ainda identificados custos relativos ao transporte dos alunos do 2º, 3º ciclo e ensino secundário e ensino profissional da região Norte, para participarem numa iniciativa de proximidade fora do recinto escolar (10 € x 239 398 alunos)” = 2 393 980 €, (PRA NORTE, 2023)

Para alcançar 80% da população dos 1º, 2º, 3º e ensino superior (30.000 alunos) na Região de Aveiro estima-se cerca de 300.000€ (10€ por estudante).

Metas:

- 2023 - 2030: 100 % dos Agrupamentos de Escolas ou Escolas não Agrupadas organizaram/participaram em pelo menos duas atividades por ano;
- 80 % das crianças do Educação Pré-escolar e dos alunos do 1.º Ciclo, 2.º Ciclo, 3.º Ciclo do Ensino Básico participou em pelo menos duas atividades por ano 2024 - 2030;
- 80 % dos alunos do Ensino Secundário participaram em pelo menos duas atividades por ano;
- 100 % das Escolas organizaram/participaram em pelo menos duas atividades por ano 2023: Exposição Ciência Viva inaugurada 2027: Exposição Ciência Viva circulou por 50 % dos distritos 2030 - Exposição Ciência Viva circulou por 100 % dos distritos;
- 75 % dos estudantes visitaram à exposição.

Fontes de informação

Ações locais dos municípios

<https://infoescolas.medu.pt/>

Outros projetos correlacionados a nível regional:

3.2.1.1

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

4.1.1.2 Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 4. Gerir o Risco eficientemente
Objetivo estratégico: 4.1 Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco
Programa: 4.1.1 Especializar a análise risco
Projeto: 4.1.1.2 Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: 11 Normas & Programação
Responsável: IPMA
Trio: ICNF + ANEPC + GNR
Técnico de contacto: Pedro Silva pedro.silva@ipma.pt

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Integrar os dados meteorológicos com origem em redes de observação de gestão externa ao IPMA nos sistemas de arquivo, vigilância e disseminação do IPMA. Complementar a cobertura da rede de observação meteorológica do IPMA e integrar mais informação no cálculo dos índices meteorológicos de perigo de incêndio.

Situação de Referência:

Indicador(es) de Referência:

- a) Número de estações meteorológicas avaliadas.
- b) Número de estações integradas nos sistemas de monitorização e vigilância.
- c) Número de estações integradas na rede de cálculo dos índices meteorológicos de perigo de incêndio.

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

O orçamento do IPMA foi definido no âmbito do PNA e não está discriminado ao nível regional.

Metas:

Avaliação e integração de estações meteorológicas das redes geridas pela CIM Coimbra, Viseu Dão Lafões e instalação de novas estações nas outras sub-regiões. Capacitação dos gestores das redes privadas.

Fontes de informação

IPMA

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

4.1.2.1 | Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR)

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 4 Gerir o Risco eficientemente
Objetivo estratégico: 4.1 Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco
Programa: 4.1.2 Implementar o planeamento
Projeto: 4.1.2.1 Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR)
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: 11 Normas & Programação
Responsável: AGIF
Trio: CIM RA
Técnico de contacto: João Quadrado AGIF joao.quadrado@agif.pt

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

A existência do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) é o referencial de enquadramento prévio ao Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (GIFR) que este pretende substituir. Tal significa:

- a) a criação da Comissão Nacional de GIFR;
- b) a criação das novas Comissões (Regional e Sub-regionais) de GIFR;
- c) a extinção das Comissões Municipais de DFCI e a criação das novas Comissões Municipais de GIFR;
- d) o DL nº 82/2021 entrou no dia seguinte à sua publicação a 13 de outubro nas suas secções II Governança e III Planeamento

O presente projeto trata da alínea b) no que à criação da CRGIFR diz respeito.

Situação de Referência:

zz) 2022 é a primeira meta regional com:

Constituição da Comissão Gestão Integrada de Fogos Rurais da Região de Aveiro, antes dos três meses pós publicação do DL nº 82/2021

aaa) 2030 é a última meta e corresponde: CSrGIFR em funcionamento

Indicador(es) de Referência:

kk) Constituição da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais Região de Aveiro

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

Sem orçamento

Metas:

CSrGIFR Aveiro constituída	1	2022	0,0
CSrGIFR Aveiro em funcionamento	1	2030	0,0

Fontes de informação

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

4.1.2.2 | Programação e dimensionamento do sistema

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 4 Gerir o Risco eficientemente
Objetivo estratégico: 4.1 Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco
Programa: 4.1.2 Implementar o planeamento
Projeto: 4.1.2.2 Programação e dimensionamento do sistema
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 11 Normas & Programação
Responsável: AGIF
Trio: ICNF; ANEPC; GNR; FFAA
Técnico de contacto: João Quadrado AGIF joao.quadrado@agif.pt

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Pressupõe o levantamento das necessidades do território regional e a definição de prioridades através da elaboração de um estudo prévio, no qual se identificam os requisitos da cadeia de processos, ao nível:

- Recursos humanos
- Equipamentos
- Distribuição por ordem de prioridades

O caderno de encargos para a elaboração deste estudo encontra-se em fase de contratação, com efeitos materiais no 2º semestre de 2022.

O resultado do estudo prévio servirá de baseline para o planeamento.

Os entregáveis seriam:

1º) Estudo prévio/relatório do levantamento das necessidades de carácter anual

2º Diretriz operacional com matriz de rácios de cobertura do território por dispositivo

Situação de Referência:

Indicador(es) de Referência:

- a) T0 no 2º semestre de 2022, resultado do relatório anual de levantamento das necessidades de recursos

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

Sem orçamento

Metas:

2022: estudo prévio realizado

2022-2030: avaliação anual pós campanha (3ºT)

2022-2030: % de necessidades colmatadas anualmente

2022-2030: relatório de necessidades pré-campanha anual

Fontes de informação

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

4.1.2.3 | Elaboração e implementação dos programas de ação e execução

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 4 Gerir o Risco eficientemente
Objetivo estratégico: 4.1 Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco
Programa: 4.1.2 Implementar o planeamento
Projeto: 4.1.2.3 Elaboração e implementação dos programas de ação e execução
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 11 Normas & Programação
Responsável: AGIF
Trio: CIM, Municípios
Técnico de contacto: João Quadrado AGIF joao.quadrado@agif.pt

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Se no projeto 4.1.2.1 se tratava da constituição das Comissões de GIFR dos diferentes níveis em substituição das Comissões de DFCL, neste projeto trata-se da elaboração dos novos instrumentos de planeamento. Tal significa:

- a) a elaboração do Programa Regional de Ação GIFR;
- b) a elaboração dos Programas Sub-regionais de Ação de GIFR;
- c) a elaboração dos Programas Municipais de Execução de GIFR;
- d) o DL nº 82/2021 prevê a vigência dos Planos Municipais de DFCL até à aprovação dos PME de GIFR até ao limite de 31 de dezembro de 2024.

O presente projeto diz respeito apenas à alínea b) elaboração do PSA e à alínea c) quanto ao acompanhamento dos PME (por acompanhamento entende-se emissão de pareceres prévios e monitorização da sua execução).

Situação de Referência:

- a) situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019: na
- b) execução do biénio 2020-2021 para o projeto : Aprovado em 8 de Junho de 2021 o PNA

Indicador(es) de Referência:

- Programa Sub-regional de Ação de GIFR aprovado
- Número de pareceres emitidos em relação aos Programas Municipais de Execução de GIFR Número de PME monitorizados
- % de execução financeira dos projetos chave

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

Sem orçamento

Metas:

2025:

- Programa Sub-Regional de Ação de GIFR aprovado;

2025:

- 11 pareceres emitidos relativamente aos Programas Municipais de Execução

2026:

- 1 PSA de GIFR em execução, monitorizado e avaliado;
- 11 PME em execução e monitorizados anualmente;
- 50% de execução nos projetos chave

2030:

- 1 PSA implementado, monitorizado e avaliado
- 11 PME monitorizados
- 90% de execução financeira nos projetos chave

Fontes de informação

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

4.1.2.4 | Normas técnicas e diretivas operacionais

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 4 Gerir o Risco eficientemente
Objetivo estratégico: 4.1 Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco
Programa: 4.1.2 Implementar o planeamento
Projeto: 4.1.2.4 Normas técnicas e diretivas operacionais
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 11 Normas & Programação
Responsável: Entidades SGIFR
Trio: Entidades SGIFR
Técnico de contacto: João Quadrado AGIF joao.quadrado@agif.pt

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Pretende-se com este projeto garantir a uniformização da execução do planeamento por parte das entidades do SGIFR a nível local, reduzindo diferenças de implementação e assegurando uma coesão da segurança do território.

Pressupõe que as normas técnicas e diretivas operacionais estejam definidos e atualizados em 2022 para dar respostas à região, tendo por base orientações claras e uniformes para todo o país às diferentes escalas, assegurando alinhamento e integração

Monitorizar (sem atuação), verificar se as normas e diretrizes estão a ser implementadas e se dão resposta às necessidades do território regional, prevendo-se uma atualização das normas, no decurso do processo de melhoria continua.

Informação a incorporar na DON do ano seguinte.

As metas são as do PNA com monitorização a nível regional.

Os entregáveis seriam:

1º) Proposta de adequação da DON anual

2º) Diretiva Prevenção

3º) Normas técnicas e diretivas operacionais

Situação de Referência:

a) 0

Indicador(es) de Referência:

II) Número de documentos produzidos

mm) Número de processos definidos

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

Sem orçamento

Metas:

- 2020-2030: Atualização das normas no decurso do processo de melhoria contínua
- 4ºT 2020-2030: Informação sobre a DON do ano seguinte

Fontes de informação

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

4.1.3.1 | Orçamento do SGIFR com visão plurianual

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 4 Gerir o risco eficientemente
Objetivo estratégico: 4.1 Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco
Programa: 4.1.3 Orçamentar sistema com uma visão integrada
Projeto: 4.1.3.1 Orçamento do SGIFR com visão plurianual
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 11 Normas e Programação
Responsável: AGIF/CCDR-C
Trio: CIM RC; CIM VDL; ICNF
Técnico de contacto: João Quadrado AGIF joao.quadrado@agif.pt

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Medida de carácter anual, anexada ao OE e dependente da sua aprovação.

Visa garantir a harmonização do planeamento e controlo financeiro na região, através da visão integrada do plano de ação.

os entregáveis seriam:

na

Situação de Referência:

bbb) a situação de referência t0 para o projeto: na

ccc) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto

Indicador(es) de Referência:

a) % De execução orçamental no ano anterior

b) Valores de investimento e operação, em euros, para o ano seguinte

Outros Indicadores de Execução:

Na

Valores de Referência: Sem custo ou orçamento associado/ identificado (na)

Metas:

2020-2030 (anual): Prazo para a entrega do orçamento OE

Anualmente (com visão plurianual): 2º trimestre entrega das necessidades do território (Valores de investimento e operação, em euros, para o ano seguinte .

Fontes de informação

A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF /OE

Outros projetos correlacionados a nível regional:

.4.1.3.2 Mapeamento e mobilização de fontes de financiamento

Cartografia correlata:

Na

Observações:

4.2.2.1 Sistema de Monitorização e Avaliação

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 4 Gerir o risco eficientemente
Objetivo estratégico: 4.2 Implementar um modelo capacitado de governança do risco
Programa: 4.2.2 Implementar um sistema de melhoria contínua
Projeto: 4.2.2.1 Sistema de Monitorização e Avaliação
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 12 Avaliação
Responsável: CCDR/AGIF
Trio: ICNF, ANEPC, ANMP, GNR, FFAA, IPMA, FENAFLORESTA, CIMs
Técnico de contacto: João Quadrado AGIF joao.quadrado@agif.pt

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Definir e implementar um sistema de monitorização para todas as equipas operacionais envolvidas no SGIFR que inclua a avaliação anual, contribuindo para a melhoria contínua do desempenho.

Realização regional da monitorização e avaliação das equipas de acordo com os indicadores e modelo definido à escala nacional.

Monitorização de desempenho e grau de cumprimento à escala da região.

Situação de Referência:

ddd) Sem existência de t(0): sistema não implementado.

Indicador(es) de Referência:

- a) Documento orientador do modelo de monitorização de incêndios rurais (MIR)
- b) Sistema de monitorização e avaliação integrado
 - Nº de sessões de avaliação por ano
 - Grau de cumprimento das diretivas operacionais

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

Metas:

- 2T 2021: Sistema de monitorização e avaliação integrado implementado
- 2020-2030: nº reportes intercalares por ano
- 2020-2030: Avaliação anual

Serão as mesmas que definidas para o âmbito nacional. Proposta de reporte intercalar 3x ao ano: Janeiro-Abril, Maio-Agosto, Setembro-Dezembro.

Fontes de informação

A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF /OE

Outros projetos correlacionados a nível regional:

4.1.2.3 Sistema de Lições Aprendidas

Cartografia correlata:

Na

Observações:

4.2.2.3 | Sistema de Lições Aprendidas

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 4 Gerir o risco eficientemente
Objetivo estratégico: 4.2 Implementar um modelo capacitado de governança do risco
Programa: 4.2.2 Implementar um sistema de melhoria contínua
Projeto: 4.2.2.3 Sistema de Lições Aprendidas
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 14 Qualificação
Responsável: AGIF
Trio: ICNF, GNR, ANEPC
Técnico de contacto: João Quadrado AGIF joao.quadrado@agif.pt

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Enquanto ferramenta de um sistema de qualidade e de melhoria contínua, a capacidade de Lições Aprendidas (LA) permite sistematizar e divulgar informação dispersa de forma transversal e ainda valorizar e integrar no SGIFR as experiências e o conhecimento existentes ao nível das pessoas e de cada entidade, contribuindo para melhorar a gestão e capitalização do conhecimento nas entidades. As lições deverão ser abrangentes a todas as atividades do SGIFR, podendo ser produzidas no seguimento de operações, exercícios, formação e experiências positivas e/ou negativas.

Nesse sentido, pretende-se que as entidades nucleares do SGIFR, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), e as outras entidades do SGIFR colaborem na implementação de uma capacidade de LA, num processo comum e interoperável, promovido e organizado pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), com base na metodologia definida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte/JALLC (OTAN) e em uso pelo Exército Português, que simultaneamente assegure a capacidade e a possibilidade de gestão autónoma das etapas relativas ao processo dentro de cada organização.

O sistema de LA no âmbito do SGIFR consiste numa estrutura centralizada de gestão e para a qual, as estruturas de LA e/ou de Gestão da Qualidade das diferentes entidades, contribuem localmente com oportunidades de melhoria (e replicação de boas práticas) e lições identificadas, num processo dinâmico, partilhado e cooperativo.

A nível regional e sub-regional as entidades que integram a SGIFR são beneficiárias, pelo que não têm um papel ativo na conceção e instalação da capacidade de lições aprendidas, mas apenas de registo de observações, consulta das LA e promoção da utilização da capacidade.

Principais conceitos da Plataforma de LA:

- a) só se aplica às ocorrências dos operacionais em contexto de incêndios rurais (inclui toda a cadeia de valor desde a prevenção até à pós-supressão);
- b) acidente: ocorrência em que há registo de óbito;
- c) incidente: todas as ocorrências sem óbito;
- d) oportunidade de melhoria/registo: ato de carregamento de informação tida por relevante aquando da ocorrência feita pelo operacional ou outrém;
- e) LA identificada: ocorrência registada, tida por relevante e que deu origem a uma proposta de procedimento de melhoria;
- f) LA aprendida: é a incorporação nas entidades e no SGIFR das LA identificadas através dos procedimentos considerados aprovados (regulamento, normativo, diploma legal, etc.).

Situação de Referência:

- a) a situação de referência t0 para o projeto é zero por não haver sistema implementado nem equivalente
- b) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto Desenvolvimento conceptual da plataforma de LA em curso a nível nacional.

Indicador(es) de Referência:

- a) Indicador de referência 1: % de acidentes em incêndios rurais identificados no sistema das LA do SGIFR

Outros Indicadores de Execução: Indicador 1: Nº de observações registadas na plataforma Indicador 2: Relatório regional dos registos e resultados da capacidade das lições apreendidas
Valores de Referência: Considerou-se como valor de referência o custo atribuído de zero € por indicador de referência
Metas: 2025 é a primeira meta regional e corresponde: a) plataforma de LA está testada e operacional; 2024 é a segunda meta e corresponde: b) as entidades estão habilitadas para utilizar a plataforma; 2027 é a meta intermédia e corresponde: c) 100% dos acidentes em incêndios rurais são registados na plataforma de LA; d) 25% dos incidentes são registados na plataforma de LA; e) 100% dos quais tiveram uma resposta da plataforma de LA; 2030 é a última meta e corresponde: f) 100% dos acidentes em incêndios rurais registados deram origem a lições identificadas; g) 50% das lições identificadas deram origem a lições apreendidas; h) 100% dos incidentes são registados na plataforma das LA; i) 50% dos quais dão origem a lições identificadas; j) 50% dos quais são lições apreendidas.
Fontes de informação A entidade responsável pela fonte de informação é AGIF
Outros projetos correlacionados a nível regional: Não tem
Cartografia correlata: ☐ Cartografia de planeamento: ☐ Cartografia de resultado: ☒ Não tem cartografia:
Observações:

4.3.1.1 | Implementação do modelo organizativo de modo faseado

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 4 Gerir o Risco eficientemente
Objetivo estratégico: 4.3 Redesenhar a gestão do sistema
Programa: 4.3.1 Implementação de melhorias organizacionais
Projeto: 4.3.1.1 Implementação do modelo organizativo de modo faseado
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 13 Sistema & Conhecimento
Responsável: AGIF
Trio: Todos SGIFR
Técnico de contacto: João Quadrado AGIF joao.quadrado@agif.pt

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

A publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março, aprovou o projeto-piloto da Região de Coimbra, no âmbito do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR). Este projeto abrange a NUTS III Região de Coimbra, i.e., os municípios de Arganil, Coimbra, Gois, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra e Penela e tem como objetivo promover a organização, os recursos e a cadeia de processos do PNGIFR.

Para atingir estes objetivos este projeto incide com especial foco:

- Modelo de governança, através da articulação da tomada de decisão entre as entidades ao nível regional, sub-regional e municipal;
- Especialização das equipas, nas componentes de suporte, mobilização, coordenação e monitorização dos agentes do SGIFR;
- Mobilização dos agentes SGIFR orientados para as melhores práticas de proteção de pessoas, animais e bens;
- Implementar projetos de inovação e desenvolvimento da cadeia de processos;
- Rotina e padronização da monitorização e mecanismos de reporte;
- Mobilização das fontes de financiamento para os processos prioritários.

Situação de Referência:

eee) 2022 é a primeira meta regional com:

Constituição da Comissão Gestão Integrada de Fogos Rurais da Região de Aveiro, antes dos três meses pós publicação do DL n.º 82/2021

fff) 2030 é a última meta e corresponde: CSrGIFR em funcionamento

Indicador(es) de Referência:

Os custos de implementação do projeto piloto da região Centro não têm declinação regional. Com efeito o seu custo, foi contabilizado apenas a nível central no contexto dos 3 projetos piloto, incluindo:

- a contratação de uma empresa de consultoria;
- a qualificação de 2 formandos por entidade participante programa de comunicação.
- Os custos de participação das entidades que integram o Grupo de Trabalho Específico foram assumidas pelas mesmas.

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

Sem orçamento

Metas:

Definição de área piloto aceleradora para implementação do modelo organizativo	100%	2021
4 projetos aceleradores implementados	4	2024
Modelo organizativo implementado	100%	2024
Auditoria ao sistema para certificação	100%	2025

Fontes de informação

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações:

4.3.2.3 Gestão da Supressão

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 4 Gerir o risco eficientemente
Objetivo estratégico: 4.3 Redesenhar a gestão do sistema
Programa: 4.3.2 Gestão eficiente das ocorrências
Projeto: 4.3.2.3 Gestão da Supressão
Projeto: Chave ☒ Novo Projeto ☐
Cluster: 10 Supressão/Apoio à decisão
Responsável: ANEPC
Trio: CIRA, ICNF, GNR, FFAA, AGIF
Técnico de contacto: Margarida Guedes ANEPC margarida.guedes@prociv.pt 234 403 740

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Capacitar as entidades com os meios e recursos que garantam a proficiência na gestão da resposta na supressão e Socorro. Identificar necessidades regionais de meios e recursos e propor a sua aquisição/renovação

Situação de Referência:

ggg) a situação de referência t0 para o projeto: N/A

hhh) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: NA

Indicador(es) de Referência:

Número de equipamentos/recursos humanos alocados por entidade para satisfação das necessidades identificadas para a supressão de IR

Outros Indicadores de Execução:

Escrever aqui outros indicadores de execução que se entendam interessantes

(Ex: Percentagem de execução dos projetos inscritos em programa de ação)

Valores de Referência:

Estimativa sub-regional – Valor Região de Aveiro (estimativa): 6 668 766,00 €

Metas: (2030) - 100% da alocação de meios e recursos identificados como necessários para a supressão dos IR efetuada.

Observações: Está a decorrer um estudo à escala nacional, previsto na ficha 4.1.2.2, da responsabilidade da AGIF, que irá permitir melhor ajuste dos valores aqui inscritos, respondendo ao estudo que consubstancia o “entregável” previsto na ficha de projeto 4.3.2.3 - Gestão da Supressão - do PNA

Fontes de informação

PNA, PRA, Diretiva Financeira da ANEPC

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Cartografia de resultado: ☐ (Assinale com X se for o caso)

Não tem cartografia: ☒ (Assinale com X se for o caso)

Observações: Inscreva aqui observações que considere pertinentes para a compreensão da ficha de projeto

4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 4 Gerir o risco eficientemente)
Objetivo estratégico: 4.4 Aumentar a qualificação dos agentes do SGIFR
Programa: 4.4.1 Implementação o programa nacional de qualificação dos agentes SGIFR
Projeto: 4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 14 Qualificação
Responsável: AGIF
Trio: Todo o SGIFR
Técnico de contacto: Inscreva aqui o contacto técnico (EX: João Quadrado AGIF joao.quadrado@agif.pt)

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

A formação é uma componente fundamental para o sucesso do SGIFR. A formação qualificante é uma garantia de uma maior estabilidade dos efetivos e o reconhecimento da sua profissão pelo que este projeto está orientado exclusivamente para a formação no âmbito do Plano Nacional de Qualificação.

Com base na informação disponibilizada a nível nacional, o total de efetivos a nível da região Centro, considerado o universo potencial de formandos deste projeto.

As necessidades de qualificação dos agentes, constantes do Plano Nacional de Qualificação, foram calculadas, para o nível nacional, com base nas informações enviadas pelas entidades (ANEPC, GNR e ICNF), para cada UFCD (Unidade de Formação de Curta Duração) identificada como necessária para funções/atividades chave SGIFR;

b) Estas necessidades identificadas são a referência de base para o cálculo das necessidades ao nível regional e sub-regional, de forma a existir coerência entre os valores às várias escalas geográficas. Não se conhecendo ainda como serão geridos os programas de formação profissional, e existindo uma tendência para maior abrangência dos PO, convém que exista uma declinação regional em coerência com as necessidades nacionais identificadas;

c) As estimativas ao nível do PRA constantes do quadro 1 foram obtidas considerando as estatísticas recolhidas, para cada região e sub-região, relativas aos efetivos de BV, UEPS e SF;

d) Como existe discrepância entre as necessidades formativas/efetivos, apresentados ao nível nacional (PNQ) e regionais, a solução encontrada foi a relativização das necessidades de formação, tendo como referência as necessidades nacionais (PNQ) e a distribuição relativa dos agentes em cada região;

e) Para os primeiros 5 anos do PNQ (2023-2027), foram consideradas as necessidades elencadas pelas entidades, a um ritmo regular de formação de 20 %/ano;

f) Para os 5 anos seguintes (2028-2032), foi considerada uma rotatividade de agentes de 20 %/ano e necessidades de formação dos novos agentes ao mesmo ritmo anual;

g) Foram considerados 15 formandos por ação e um custo médio de 3 500 €/50 horas de formação. Os custos foram considerados fixos, sem atualizações por inflação ou deflação.

Os entregáveis do presente projeto serão os seguintes:

1 – Diagnóstico das necessidades de formação, capacitação técnica e qualificação dos agentes do SGIFR;

2 – Mapeamento dos perfis prioritários formados;

3 – Programa de formação com identificação de prioridades, de acordo com os resultados do diagnóstico, e do mapeamento dos perfis.

Situação de Referência:

a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019 corresponde ao número ações e de formandos durante 2019 de caráter qualificante garantida pelas entidades do SGIFR, não tendo sido possível, contudo reunir esta informação em tempo útil pela sua dispersão e especificidade; b) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto corresponde ao nº de ações e de formandos para operacionais em GFR e PCIR desenvolvidas com recurso ao programa de intercâmbio dos agentes (Formação realizada pelas entidades SGIFR correspondentes as UFCD's do PNQ entre o triénio 2020, 2021) não tendo sido possível, contudo, reunir esta informação em tempo útil.

Indicador(es) de Referência:

a) Diagnóstico anual de necessidades

b) Nº de ações de formação qualificante realizadas/ano

c) Nº de formandos/ano

Outros Indicadores de Execução: Diagnóstico das necessidades % de execução de ações de formação executadas de acordo com o diagnóstico
Valores de Referência: Custo por formando: 234 € / curso de 50 horas. Custo por ação de formação UFCD 50 horas: 3 500 €. Nº de formandos por ação: 15 188.604€ para a Sub-região
Metas: 2020-2030 (anual): Execução do diagnóstico para implementação no ano seguinte 2020-2030: 782 ações de formação, correspondentes a 80% de ações de formação executadas de acordo com diagnóstico 2020-2030: 860 formandos correspondentes a 80% de agentes qualificados por função /atividade chave do PNQ_SGIFR
Fontes de informação A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF /Entidades do SGIFR
Outros projetos correlacionados a nível regional:
Cartografia correlata: Cartografia de planeamento: ☐ Cartografia de resultado: ☐ Não tem cartografia: ☒
Observações: Tendo por base o universo potencial de formandos da Região constante do quadro 1, cada CSGIFR deverá estabelecer o número de formandos potencial do seu território a identificar na respetiva ficha deste projeto no PSA.

4.4.2.1 | Programa de intercâmbio de peritos internacionais

ID DO PROJETO
Orientação estratégica: 4 Gerir o risco eficientemente
Objetivo estratégico: 4.4 Aumentar a qualificação dos agentes do SGIFR
Programa: 4.4.2 Programa de intercâmbio de peritos internacionais
Projeto: 4.4.2.1 Programa de intercâmbio de peritos internacionais
Projeto: Chave ☐ Novo Projeto ☐
Cluster: 14 Qualificação
Responsável: AGIF
Trio: ICNF, GNR, ANEPC
Técnico de contacto: António Salgueiro AGIF antonio.silva@agif.pt

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

A formação é uma componente fundamental para o sucesso do SGIFR.

Dada a realidade geográfica da Região Norte com uma extensa fronteira com Espanha e dada a sua natureza eminentemente de espaço florestal, pretende-se no presente projeto reforçar a componente transfronteiriça da aprendizagem e troca de experiência dos operacionais de ambos os países, em particular, com o objetivo último de aumentar a eficiência do trabalho cooperativo nas zonas fronteiriças. é uma formação com uma componente teórica e outra prática de campo.

Nesse sentido, foram definidas duas áreas de formação prioritárias:

- a) para a GFR;
- b) para a PCIR.

Cada área de formação prevê uma média de 25 formandos/participantes, estando previstas 2 ações por ano na região, num total de 50 formandos anuais e num total de 450 formandos no fim do projeto. (nota 1 nas observações)

Os formandos serão selecionados dos agentes SGIFR, em particular ao nível mais operacional, após diagnóstico de necessidades de formação. O desenvolvimento do projeto passa pelos seguintes entregáveis:

- 1º Diagnóstico das necessidades de reforço dos agentes do SGIFR, com recurso ao intercâmbio em zonas transfronteiriças;
- 2º Norma Técnica de definição dos critérios de selecção e identificação dos agentes a serem alvo do programa de formação;
- 3º Definição das minutas de acordos e protocolos a celebrar com as entidades autonómicas espanholas identificadas na fase de diagnóstico das necessidades de formação;
- 4º Elaboração dos planos de formação com recurso ao intercâmbio e partilha de experiências entre os dois países;
- 5º Norma técnica para mapeamento das ações transfronteiriças desenvolvidas nos planos sub-regionais (nota 3 nas observações).

Situação de Referência:

- a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019: Número ações e de formandos para operacionais em GFR e PCIR durante 2019 (ou uma média anual para um intervalo de anos a definir) ver nota 4;
- b) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto corresponde ao nº de ações e de formandos para operacionais em GFR e PCIR desenvolvidas com recurso ao programa de intercâmbio dos agentes (ver nota 5)

Indicador(es) de Referência:

- a) N° de ações de formação transfronteiriças realizadas com congéneres/ano
- b) n° de formandos/ano

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

Considerou-se como valor de referência o custo de 200 euros/formando, para ações com um máximo de 25 formandos

Metas:

- 2022: desenvolvimento dos entregáveis necessários à realização das ações de intercâmbio;
- 2030: 18 ações de intercâmbio de agentes de GFR e PCIR realizadas na região com congéneres espanhóis

2030: 72 agentes de GFR e PCIR envolvidos na sub-região

Fontes de informação

A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF /Entidades do SGIFR

Outros projetos correlacionados a nível regional:

4.4.1.1 a 4.4.1.3 Cluster 14 Qualificação

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: ☐

Cartografia de resultado: ☐

Não tem cartografia: ☒

Observações:

De acordo com a estratégia regional, é condição preferencial a organização das ações de intercâmbio formação com maior incidência em área transfronteiriça. Os participantes das sub-regiões Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela são o principal alvo da ação, sem excluir a possibilidade das restantes NUTIII poderem indicar agentes para as referidas ações.